



**CIDADE
EDUCADORA
NA CIDADE ESTRUTURAL**

CIDADE
EDUCADORA
NA CIDADE ESTRUTURAL

PEQUENOS ÍCAROS

*A pipa que você leva junto ao corpo
como escudo do Capitão América
me faz pensar:
Onde estão os super-heróis agora?
Salvando quem, que não você?*

*O que te protege é essa brincadeira.
Feita de papel de seda, cola e graveto.
Diferente do mundo que te prende
em papel pautado, margens e grade.*

*Você já viu os males do mundo
O ódio nos olhos de teus heróis
A humilhação de quem pedia ajuda
A morte de quem ainda não tinha idade
São linhas tênues e cortantes,
rasgam fundo sua alma,
armadura de pantera.*

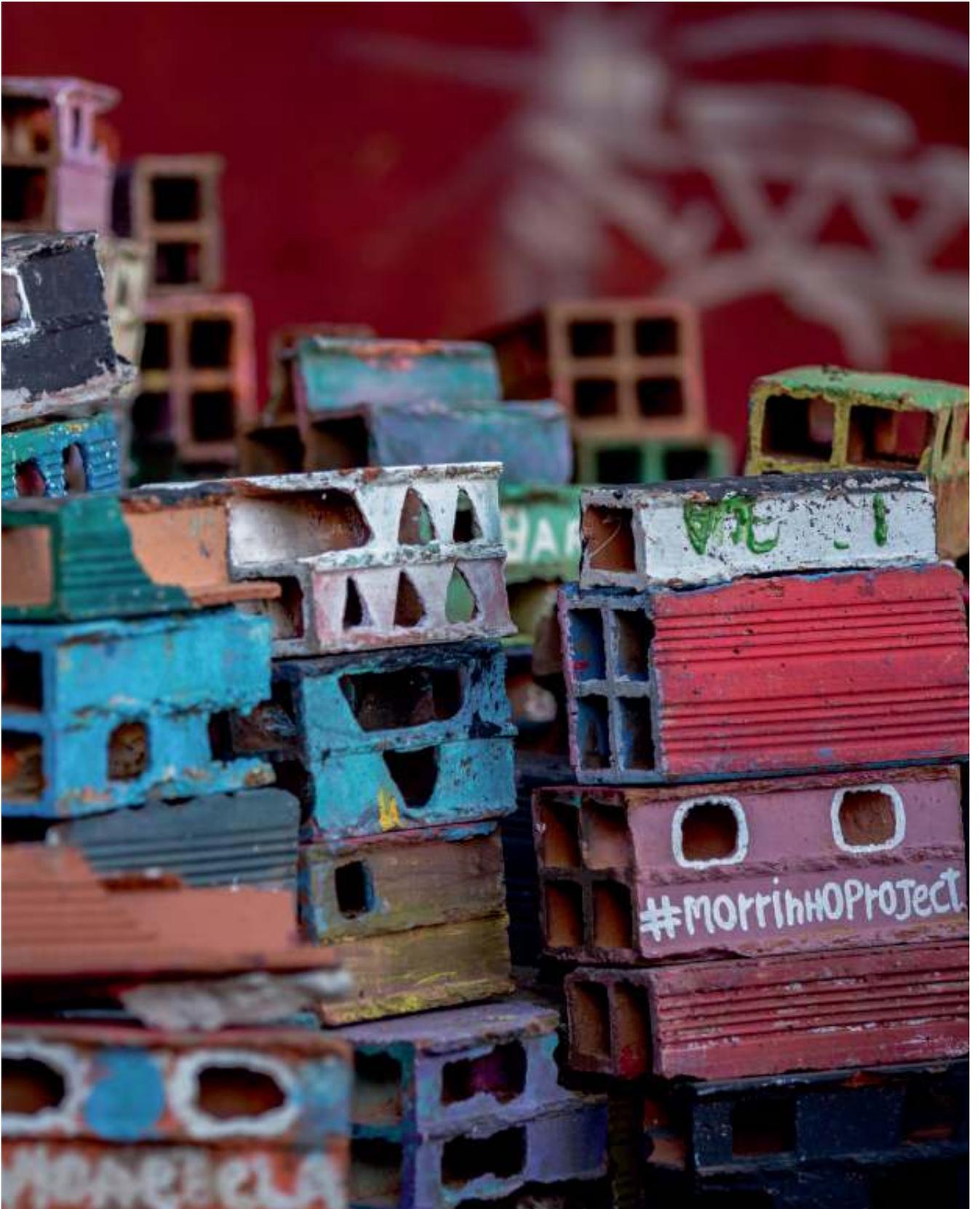
*Você já entendeu que esse mundo é um grande nó
E que qualquer super-homem se emaranha.*

*Então vai do seu jeito,
voa como sua pipa
Solta a linha,
que a gente te segura pelo fio.
Usa todo carretel
até a gente quase não te ver mais.
No céu longe, só um pontinho.*

*Mas depois volta,
Volta, pois a liberdade não subirá no céu
Enquanto os mitos forem louvados
e os pequenos Ícaros esquecidos.*

ÍNDICE

- 3 **APRESENTAÇÃO:** o projeto Cidade Educadora na Cidade Estrutural
- 6 **O COLETIVO DA CIDADE**
- 9 **INTRODUÇÃO:** nossas inspirações
- 11 **PONTUAÇÕES METODOLÓGICAS:**
 - 12 **META 1. PESQUISA E DIAGNÓSTICO**
 - Ação 1:** Seleção das crianças e adolescentes
 - 14 **Ação 2:** Levantamento continuado sobre o envolvimento das famílias no processo educacional e seu acesso às políticas públicas.
 - 17 **Ação 3:** Relatório
 - O território e a infraestruturas
 - Percepções de risco
 - Perfil das famílias
 - Educação e evasão escolar
 - Saúde
 - Desigualdade de renda e de oportunidades
 - 34 **META 2. FORMAÇÃO DA EQUIPE**
 - Aspectos da visita domiciliar
 - Rede de Serviços
 - Formulário de levantamento de dados
 - 39 **META 3. APROXIMAÇÃO FAMÍLIA E TERRITÓRIO**
 - Ação 1:** Reuniões de formação e diálogo com as famílias
 - 41 **Ação 2:** Fluxo de atendimento de crianças e adolescentes com atores da Rede de Proteção Social.
 - 41 **Ação 3:** Criação e/ou fortalecimento dos Conselhos Escolares
 - 42 **Ação 4:** Aumento da participação regular das famílias nas reuniões de pais das escolas
 - 43 **META 4: ACOMPANHAMENTO FAMILIAR PERIÓDICO**
 - Ação 1:** Visitas bimestrais às famílias
 - Ação 2:** Plano de Desenvolvimento das famílias
 - Ação 3:** Visitas quinzenais às escolas
 - 44 **META 5: ATENDIMENTO DIÁRIO CONTÍNUO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**
 - Ação 1:** Atendimento a 200 crianças e adolescentes
 - Protagonismo de crianças e adolescentes
 - 54 **Ação 2:** Alimentação diária oferecida a 200 crianças e adolescentes participantes do projeto, no espaço do Coletivo da Cidade.
- 58 **BALANÇO**
- 62 **RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS**
- 66 **CONCLUINDO**



APRESENTAÇÃO

○ PROJETO CIDADE EDUCADORA NA ESTRUTURAL

Uma cidade nascida do trabalho de catadoras e catadores, das ocupações por moradia e marcada por diversas situações consideradas irregulares pode ser entendida como uma cidade educadora? A nossa resposta é SIM! A Cidade Estrutural tem muito a ensinar. Nesta revista vamos compartilhar um pouco do que aprendemos ao longo do projeto Cidade Educadora e de nosso trabalho na comunidade há dez anos.

A Cidade Estrutural é parte do território do Distrito Federal, um pedaço de improvisação permanente dentro da capital planejada. Ela nasceu através do trabalho de catadores e catadoras do Lixão e que foram ali montando seus barracos, erguendo suas vidas. Esse processo se iniciou ainda na década de 1960, quando a capital federal foi transferida para o Centro-Oeste, mas a Vila Estrutural só foi oficialmente reconhecida como Região Administrativa do DF em 2004. Isso foi importante para que os moradores tivessem direito a equipamentos públicos no território, embora o que exista hoje ainda seja muito precário. Dando seguimento a essa história de muita luta é que o projeto Cidade Educadora na Cidade Estrutural foi concebido.

Ao longo de nosso tempo de atuação no território, percebemos que um dos maiores problemas entre as crianças e adolescentes do território está ligado à inviabilização da educação de qualidade advinda das situações de exploração do trabalho infantil, da condição socioeconômica das famílias e da falta de

iniciativa de instituições e projetos que contemplem a perspectiva da educação integral adaptada à realidade do território. As famílias apresentam baixo contato com o ensino formal e, por isso, têm dificuldade de acompanhar a vida escolar dos filhos. Além disso, a maior parte das escolas está fora do território e, para completar, falta uma abordagem adequada e um acompanhamento mais específico por parte das escolas, o que gera desmotivação por parte das crianças e adolescentes. Tudo isso resulta em defasagem idade/série, não alfabetização e abandono escolar. Mas também é possível observar e necessário reconhecer as estratégias locais que vinculam educação ao território e às famílias, considerando a formação dos sujeitos como inseparável das relações e transformações sociais e econômicas ocorridas no ambiente. Ou seja, existem também dinâmicas que qualificam a educação, convertendo o território em espaço educador e superando uma série de desafios.

Na Cidade Educadora, as diferentes políticas, espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, capazes de apoiar o desenvolvimento de todo potencial humano.

Programa Cidades Educadoras
Saiba mais:
cidadeseducadoras.org.br

Nesse espírito, entre os meses de abril de 2018 e maio de 2019, a equipe técnica do projeto, em conjunto com a equipe de articuladores comunitários, esteve intensamente envolvida no território e na pesquisa-ação, buscando descortinar algumas das múltiplas vulnerabilidades que impactam a vida de crianças e adolescentes da Cidade Estrutural e evidenciar formas de transformar essa realidade. A imersão teve como resultado um relatório que mostra um pouco da realidade das famílias moradoras da Cidade Estrutural.

O projeto teve como propósito fortalecer a experiência educacional das crianças e adolescentes, intervindo em questões diretas como o combate à evasão escolar e ao trabalho infantil, mas também entendendo a educação de maneira integral, ou seja, aquilo que acontece dentro e fora da escola, na articulação dos espaços escolares com equipamentos públicos e com a comunidade. Nessa perspectiva, o território deve ser considerado para ressignificar a prática educativa, ligando a educação à vida cotidiana, valorizando os saberes emanados do contexto local, como, também, dividindo com a comunidade e com as demais instituições ali localizadas a responsabilidade sobre o desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens.

Desenvolver uma metodologia de territorialização da educação escolar na Cidade Estrutural por meio da abordagem familiar e atuação em rede;

Realizar ações que aproximem as famílias atendidas pelo projeto da escola, da rede de serviços socioassistenciais e das organizações comunitárias;

Pactuar com as redes de serviços públicos um fluxo de atendimento de crianças e adolescentes na Cidade Estrutural;

Construir planos de desenvolvimento escolar com as famílias atendidas pelo projeto;

Oferecer atividades artísticas, lúdicas, culturais e de estímulo à participação política em caráter contínuo para 200 crianças e adolescentes participantes do projeto.

Estabelecemos as seguintes metas e resultados.

METAS	RESULTADOS
I Pesquisa e Diagnóstico	<p>Realização de diagnóstico baseado em dados de crianças e adolescentes da Cidade Estrutural relativos à cultura escolar, ao envolvimento familiar no processo de educação</p> <p>Criação de metodologia de territorialização de educação construída e aplicada no território com o público selecionado e participante do projeto</p> <p>Publicação do Relatório Final impresso e disponível para consulta no site do Coletivo da Cidade</p>
II Formação de Educadores e Articuladores Comunitários	<p>Realização de três cursos de formação com base na educação popular e metodologia de territorialização da educação</p> <p>Formação de 30 professores, articuladores comunitários e outros profissionais envolvidos no trabalho com crianças e adolescentes no território</p>
III Aproximação Família - Território	<p>Promoção de dez encontros de formação entre as famílias, órgãos públicos, organizações comunitárias e escola</p> <p>Pactuar fluxo de atuação articulada com instituições trabalhando de maneira mais integrada</p> <p>Criação ou fortalecimento de dois Conselhos Escolares nas escolas da cidade</p> <p>Estimular 50% das famílias do projeto a participar regularmente das reuniões de pais nas escolas</p>
IV Atendimento diário contínuo de crianças e adolescentes	<p>Realização de atividades artísticas, lúdicas e culturais em caráter contínuo para 200 crianças e adolescentes participantes do projeto</p> <p>Garantir 200 refeições balanceadas diárias</p> <p>Garantir a inserção de 30% de crianças e adolescentes do projeto em espaços de participação, ou em atividades de incidência política</p>
V Acompanhamento Familiar Periódico	<p>Realização de visitas, a cada dois meses – totalizando 100 visitas em 10 meses – às famílias, para escuta sobre as condições sociais concretas, o acesso aos bens culturais, demandas e sonhos; fornecimento de informações e facilitação do acesso a serviços e direitos</p> <p>Realização de visitas quinzenais às escolas para acompanhar a frequência escolar dos atendidos pelo projeto, buscando uma redução de 30% do número de faltas às aulas das crianças e adolescentes do projeto</p> <p>Construção de 200 planos de desenvolvimento escolar que contemplem toda a família, reinserindo na escola 10% do total de familiares das crianças participantes</p>

Nesse processo obtivemos um melhor entendimento de como as múltiplas variáveis impactam a vida de crianças e adolescentes na Cidade Estrutural. Os dados que encontramos evidenciam que a evasão escolar não está relacionada a uma causa única, mas a uma gama de desafios que se sobrepõem. Quando sistematizamos as experiências da pesquisa com base em uma interpretação crítica e contextualizada, compreendemos que elas são dinâmicas, estão em permanente mudança e movimento. Entendemos então, que são processos complexos e que estão submetidos a diversos fatores objetivos e subjetivos que se interligam, conforme mostraremos ao longo desta publicação.

Essa concepção vai ao encontro da própria ideia de cidade educadora: cidades que respondem aos desafios globais contemporâneos, onde diferentes causas, agentes, espaços, tempos e desafios estão interligados, assim como também estão os diferentes movimentos de ocupação e ressignificação da vida pública. Acreditamos que quanto mais complexidade de vozes conseguirmos trazer para este trabalho escrito, mais estaremos próximos de conseguir mostrar o real do que vivemos, o real que rompe com a lógica das políticas fragmentadas, apontando a necessidade de articulação entre os diferentes setores do governo e da sociedade.



O COLETIVO DA CIDADE

O Coletivo da Cidade é uma organização localizada na Cidade Estrutural (DF) que atua prioritariamente com o atendimento de crianças e adolescentes no contraturno escolar, oferecendo alternativas artísticas e educativas como meio de transformação social. Pensada e construída com base no fortalecimento de vínculos no território em que atua, nossa organização também se caracteriza como um importante espaço de convivência comunitária e capacitação profissional para os moradores da cidade, articulando-se em rede com outros grupos e instituições parceiras.

O Coletivo da Cidade foi gestado numa experiência acumulada desde 2007 na proteção de crianças e adolescentes. Em seu início, o grupo era composto por moradores e moradoras da Cidade Estrutural, profissionais da assistência social, voluntárias/os e estudantes da Universidade de Brasília. Com o passar do tempo, a equipe se diversificou e foram incorporados/as educadores/as e voluntários/as de outras áreas.

Atualmente, a equipe que faz o Coletivo tem o propósito de promover o desenvolvimento integral de 200 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, abrangendo e articulando as diversas dimensões de suas vidas, como indivíduos e cidadãos. O trabalho visa à vivência de práticas socioeducativas que proporcionem a valorização e a aquisição de conhecimentos, e o desenvolvimento de habilidades para a realização de projetos de vida pessoais e coletivos,

transformadores e comprometidos com o bem comum.

Esse processo é alimentado por uma forte construção coletiva e comunitária, com base na realidade das pessoas envolvidas e nos desafios que trazem todos os dias. São trabalhados e problematizados temas como direito à infância, a importância do brincar, direito à cidade, educação emancipadora, direitos humanos, racismo, violência contra a mulher, exploração sexual de crianças e adolescentes, respeito à diversidade, trabalho infantil, lixo e a vida dos catadores e catadoras, comunicação popular, entre outros, que são trazidos para a roda por fazerem parte do contexto em que vivem.

Na parte pedagógica, contamos com uma coordenadora da área para pensar a aprendizagem e o desenvolvimento de processos formativos que despertem e aprofundem habilidades por parte dos atendidos. O Coletivo também conta com uma equipe psicossocial composta por dois psicólogos e uma assistente social. Esta equipe acompanha as relações sociais e o contexto familiar dos educandos, atuando e intervindo em diferentes contextos e dimensões, com o intuito de superar dificuldades que possam surgir ou que persistam no cotidiano.

Com base na construção desta relação com as crianças e adolescentes, com a comunidade e com a cidade, foi definida a missão da organização:

“Valorizar o olhar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, por meio de ações alegres, criativas e emancipadoras, garantindo a proteção integral e fortalecimento de vínculos para a construção coletiva de uma comunidade consciente de seus direitos e protagonista de sua história”

Apostando no protagonismo e na formação política desse público como forma de prevenção e enfrentamento de tal realidade, oferece o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, desenvolve uma série de pesquisas organizadas no âmbito de outros projetos, como o Observatório da Criança e do Adolescente (OCA), resultado de uma parceria com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), com o apoio do Instituto C&A e da União Europeia, em que se aponta a importância da relação entre Estado e comunidade mediada pelos equipamentos públicos da cidade. O OCA tem como objetivo a formação de crianças e adolescentes para o exercício da cidadania, para o entendimento dos Direitos Humanos, da educação e do direito à cidade, bem como para a compreensão e atuação em questões importantes, como o orçamento público destinado ao território onde vivem.

O Coletivo da Cidade, comprometido com o sentido da convivência entre as crianças e adolescentes, suas famílias e a comunidade, bem como com o fortalecimento dos vínculos entre elas no território, obedece às regras da assistência social nos serviços prestados (notadamente, Resolução CNAS nº 109/2009). Em consequência, os beneficiários do projeto são crianças e adolescentes atendidas com base nos critérios ali estabelecidos, quais sejam, as encaminhadas pelos serviços da proteção social especial (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; serviço de proteção social especial a indivíduos e famílias) ou reconduzidas ao convívio familiar, após medida protetiva de acolhimento; crianças, adolescentes e jovens com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC, bem como aquelas cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda ou com precário acesso a renda e a serviços públicos e com dificuldades para manter-se.

Também são prioridades adolescentes e jovens egressos de medida socioeducativa de internação ou

em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto ou, ainda, egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; adolescentes e jovens egressos ou vinculados a programas de combate à violência e ao abuso e à exploração sexual. Enfim, adolescentes fora da escola.

ALGUNS DADOS SOBRE A CIDADE ESTRUTURAL

- aproximadamente 39 mil habitantes
- 39% (mais de 15 mil) tem entre 0 e 18 anos
- mais de 50% se declara negra/negro
- mais de 50% são mulheres
- dos 4.000 mil domicílios pesquisados pela Codeplan, mais de 1.700 apresentam renda per capita mensal de menos de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo



O Coletivo da Cidade encontrou no conceito de Cidade Educadora uma forma mais ampla de expressar as ideias e os valores que já vinham desde sempre em nosso DNA coletivo. Esse conceito nos permitiu ainda nos conectar com experiências de outros lugares e organizações do Brasil e do mundo.

Assim, o projeto dialoga especialmente com a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); que por sua vez se baseia nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A agenda dos ODS foi lançada em setembro de 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável e discutida na Assembleia Geral da ONU, onde os Estados-membros e a sociedade civil negociaram suas contribuições. Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, três deles nortearam a atuação do Coletivo da Cidade no âmbito do Projeto Cidade Educadora:

ODS #3: SAÚDE E BEM ESTAR

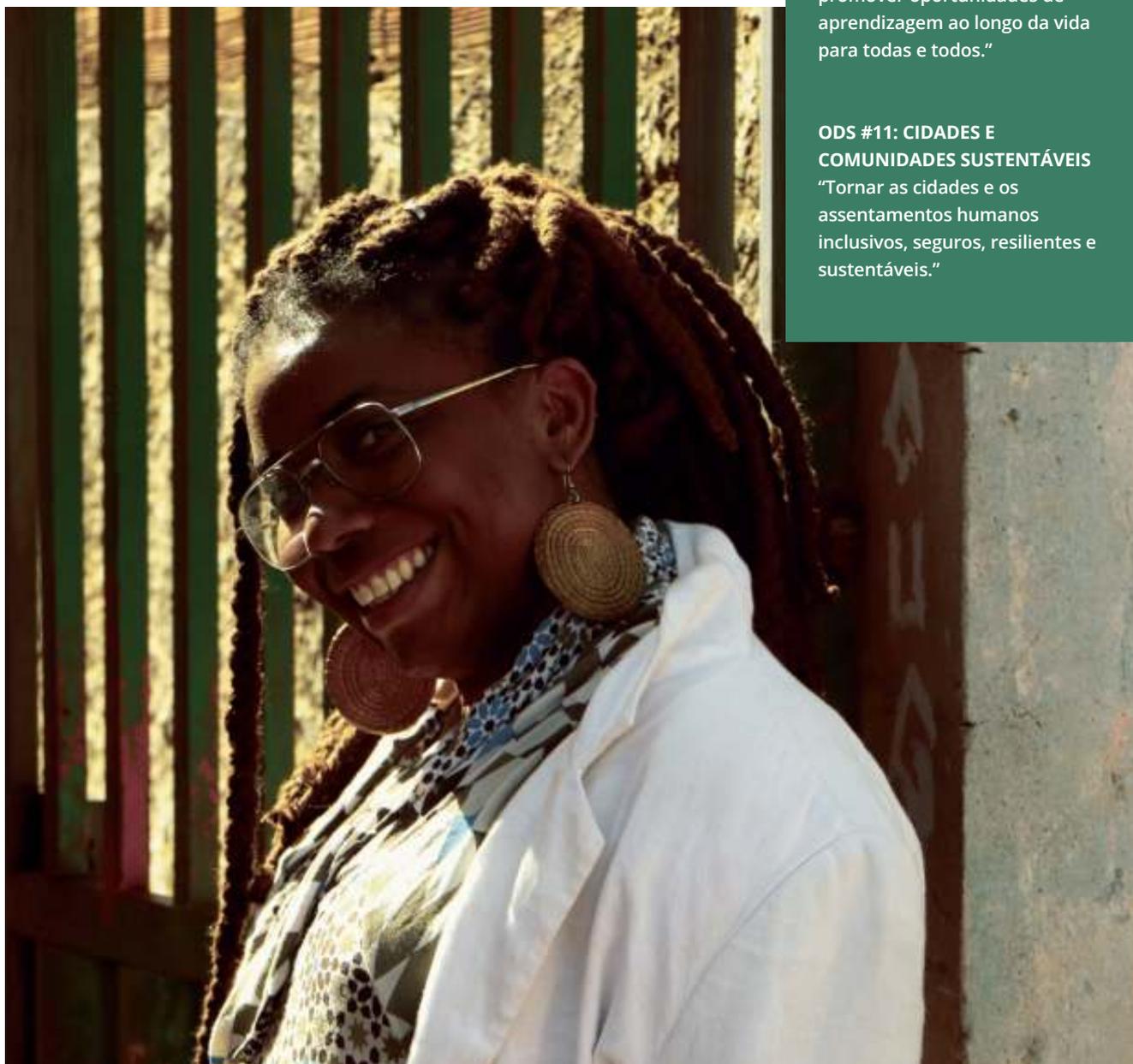
“Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.”

ODS #4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

“Assegurar a educação inclusiva, equitativa, de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.”

ODS #11: CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

“Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.”



INTRODUÇÃO

Nossas inspirações para imaginar o projeto Cidade Educadora na Estrutural foram muitas. Nossa primeira referência foi o conceito “Cidade de Aprendizagem” adotado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Mas o que são Cidades de Aprendizagem? Para a Unesco, são municípios que desenvolvem políticas públicas para promover a educação, dentro e fora da escola, sendo essa educação voltada para pessoas em idade escolar ou não.

No município de Contagem, que recebeu o prêmio “Cidade de Aprendizagem” da Unesco, a experiência começou em 2017 com o projeto de articuladores comunitários que visitavam as escolas identificando estudantes em situação de vulnerabilidade social (infrequência escolar, baixo rendimento, sinais de violências), encaminhando-os para atendimentos correspondentes. O entendimento é de que a aprendizagem é prejudicada a depender da qualidade de vida dos alunos. Além de apostar no trabalho dos articuladores, o governo municipal também passou a investir mais na área da educação e o resultado

foi que hoje a cidade integra a Rede Global de Cidades de Aprendizagem da Unesco.

Outra experiência desenvolvida em âmbito municipal foi o programa Comunidades de Aprendizagem em São Carlos (SP), que envolve a parceria entre escolas, secretaria de educação municipal e a Universidade Federal de São Carlos. O projeto seleciona uma escola e realiza uma sensibilização da comunidade para os problemas relativos à educação e o atual modelo educacional. Em seguida, se a escola decidir realizar o processo de transformação, inicia-se a idealização da escola que se sonha, a seleção das prioridades e a produção de um plano de transformação, com a organização de comissões mistas (de professores/as, estudantes, familiares, pessoas da comunidade, etc.) para concretizarem a realização dos sonhos. As comissões devem se aproximar de diferentes órgãos gestores para investigar as possibilidades de mudanças concretas na cidade e no bairro. Uma formação constante é oferecida para as famílias e voluntários e a avaliação também é permanente no intuito de colaborar para a melhoria do processo.

Essa proposta segue a metodologia das comunidades de aprendizagem desenvolvida na Escola de Pessoas Adultas La Verneda Sant Martí, na Espanha, e as linhas de investigação desenvolvidas ao longo de muitos anos pelo CREA (Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas

Superadoras de Desigualdades), da Universidade de Barcelona/Espanha. Atualmente, existem mais de 70 projetos em todo o mundo que seguem essa metodologia, a qual se baseia na aprendizagem dialógica que segue os princípios de:

diálogo igualitário: quebrando as hierarquias de quem sabe mais e quem sabe menos;

inteligência cultural: reconhecendo o conhecimento que cada um traz na bagagem da vida;

transformação: aprendendo e transformando as pessoas e seu entorno;

dimensão instrumental: incluindo os saberes práticos da sobrevivência diária, juntamente com o conhecimento acadêmico.

criação de sentido: buscando novos sentidos, tanto individuais quanto coletivos

solidariedade: construindo uma sociedade mais justa e menos individualista

igualdade de diferenças: onde cada um tem o direito de ser diferente

A partir do conhecimento desses projetos, a proposta adotada pelo Coletivo da Cidade foi construída conjuntamente com equipe técnica, articuladores comunitários e rede local, a partir de nossas especificidades. Compreendemos que nossa concepção de cidade educadora tem fundamento em Milton Santos (1978), pois quando falamos no **aprender territorializado**, falamos do território como uma mediação entre o global e local, o **cenário das relações sociais**, onde as pessoas inserem sua contribuição e transformam a realidade a partir das heranças culturais.

Diferentemente da geografia tradicional, onde predominam as análises sobre o território que enfocam as áreas delimitadas e constituídas a partir do poder dos Estados, nós consideramos diferentes formas de focar o uso do território levando em consideração vários atores e relações sociais. Assim, estudar o território é essencial para entender a apropriação do espaço e sua relação com a educação. Também se torna importante para o **planejamento de ações** que pretendam levar em conta a **vida das pessoas**, sua participação na esfera pública e para que sejam ações mais **eficazes e condizentes com a realidade**.

O relatório da Unicef “Cenário da Exclusão Escolar no Brasil” (2017) afirma que retirar crianças e adolescentes de um contexto de exclusão e trazê-los para a escola só é possível por meio de uma ação intersetorial, envolvendo diferentes áreas – Educação, Saúde e Assistência Social, entre outras. As estratégias adotadas pelo Coletivo em muito se aproximam das ações desenvolvidas pelos organismos especializados na proteção e acompanhamento do desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes. Isso nos faz crer que o caminho capaz de gerar uma metodologia que garanta uma cidade protetora e de aprendizagem certamente passa pelas linhas de ações que desenvolvemos ao longo da execução do projeto Cidade Educadora.

METODOLOGIA

Entre os meses de abril de 2018 e maio de 2019, realizamos um intenso e dedicado trabalho de pesquisa, formação e construção de intervenções continuadas, mobilização e organização da rede local e comunidade. Ao longo do processo buscamos a proposição e a construção de um fluxo organizado que compreendeu as etapas de:

- formação e apropriação crítico-metodológica com foco na equipe de atuação do projeto e multiplicação posterior;

- identificação e construção do perfil socioeconômico das crianças, adolescentes e suas famílias por meio do trabalho central da articulação comunitária e busca ativa de famílias;

- identificação de vulnerabilidades e desafios que contribuem para as situações de exclusão escolar, evasão, defasagem e que afetam o desenvolvimento pleno da infância e adolescência no território;

- construção de estratégias de intervenção e acompanhamento continuado por meio da mobilização dos atores no território e também fora do mesmo (quando houve necessidade), no âmbito do governo e da sociedade civil;

- aplicação dos planos construídos coletivamente no âmbito da rede local e avaliações constantes a partir do método dialógico de ação-reflexão proposto na perspectiva freireana da educação popular; e sistematização dos processos com vistas à construção de uma proposta metodológica de territorialização da educação.

No que tange à coleta de dados, nas visitas domiciliares dos articuladores, foram ouvidas 1.793 pessoas, entre elas 699 crianças, totalizando 394 famílias moradoras da Cidade Estrutural. Um outro processo de coleta de dados ocorreu paralelamente, pelo trabalho da equipe psicossocial do Coletivo da Cidade, de acompanhamento das famílias, seguindo uma abordagem baseada na relação construída com os membros da família.

Também entendemos como processos de investigação e aprendizagem as ações de formação e de articulação realizadas durante o projeto: os seminários, as rodas de conversa, telefonemas, nas brincadeiras, nas reuniões de equipe, com as famílias, com gestores, com as crianças. Foram nesses encontros e trocas de experiências que conseguimos ampliar nossa capacidade de interpretação e contextualizar as informações que estávamos buscando.

A partir dos dados e informações recolhidas, o desafio que se seguiu foi o de sistematizar tais experiências da pesquisa a partir de uma interpretação crítica, ordenando e reconstruindo esse processo de modo a explicitar a lógica dos contextos que encontramos ao entrar em contato com essas famílias, os fatores que intervieram, como se relacionam entre si e porque é que sucederam dessa forma.

Para nós, equipe do Coletivo da Cidade, que organizamos nossa atuação a partir dos princípios norteadores da Educação Popular, está muito marcado que o conceito de **sistematização** presente nos apontamentos que essa pesquisa nos mostra abrangem sentidos muito mais amplos. Refere-se não somente à compilação e ordenamento de dados e informações, mas também às possibilidades de reter aprendizagens críticas e formas de intervenção a partir das experiências **vivenciadas**. Nesse sentido, partimos da compreensão de que os processos históricos e sociais que permeiam as experiências vividas nessa pesquisa e no território são **dinâmicos**, estão em permanente mudança e movimento.

PESQUISA E DIAGNÓSTICO

AÇÃO 1:

DIAGNÓSTICO PARA SELEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em parceria previamente estabelecida com as cinco escolas públicas da Cidade Estrutural, a equipe realizou visitas de aprofundamento do diálogo, estabelecimento de vínculos e promoção de interação com a comunidade escolar. Desta forma, foram levantados dados iniciais que permitiram selecionar, junto com as escolas e o Conselho Tutelar, as 200 crianças que constituíram o público do projeto, bem como produziram o respectivo plano de ação. Nessa seleção preliminar no âmbito restrito da escola foi levada em consideração a baixa frequência, a distorção idade/série, o baixo rendimento escolar, sinais de abandono, região de residência de alto risco de vulnerabilidade, sinais ou casos de violência (como autor ou como vítima), comportamento, indisciplina, dispersão, envolvimento com uso ou tráfico de drogas e suspeita de abuso.

As escolas contatadas foram Centro Educacional 01, Centro de Educação Fundamental 02, Escola Classe 01 e Escola Classe 02. Foram realizadas visitas às escolas com seu corpo docente e em alguns casos também com as famílias dos estudantes. Apresentamos o projeto e os critérios já pré-estabelecidos de perfil para participação. Reforçamos também o convite para o seminário de formação que seria realizado a respeito do projeto Cidade Educadora e para participar e

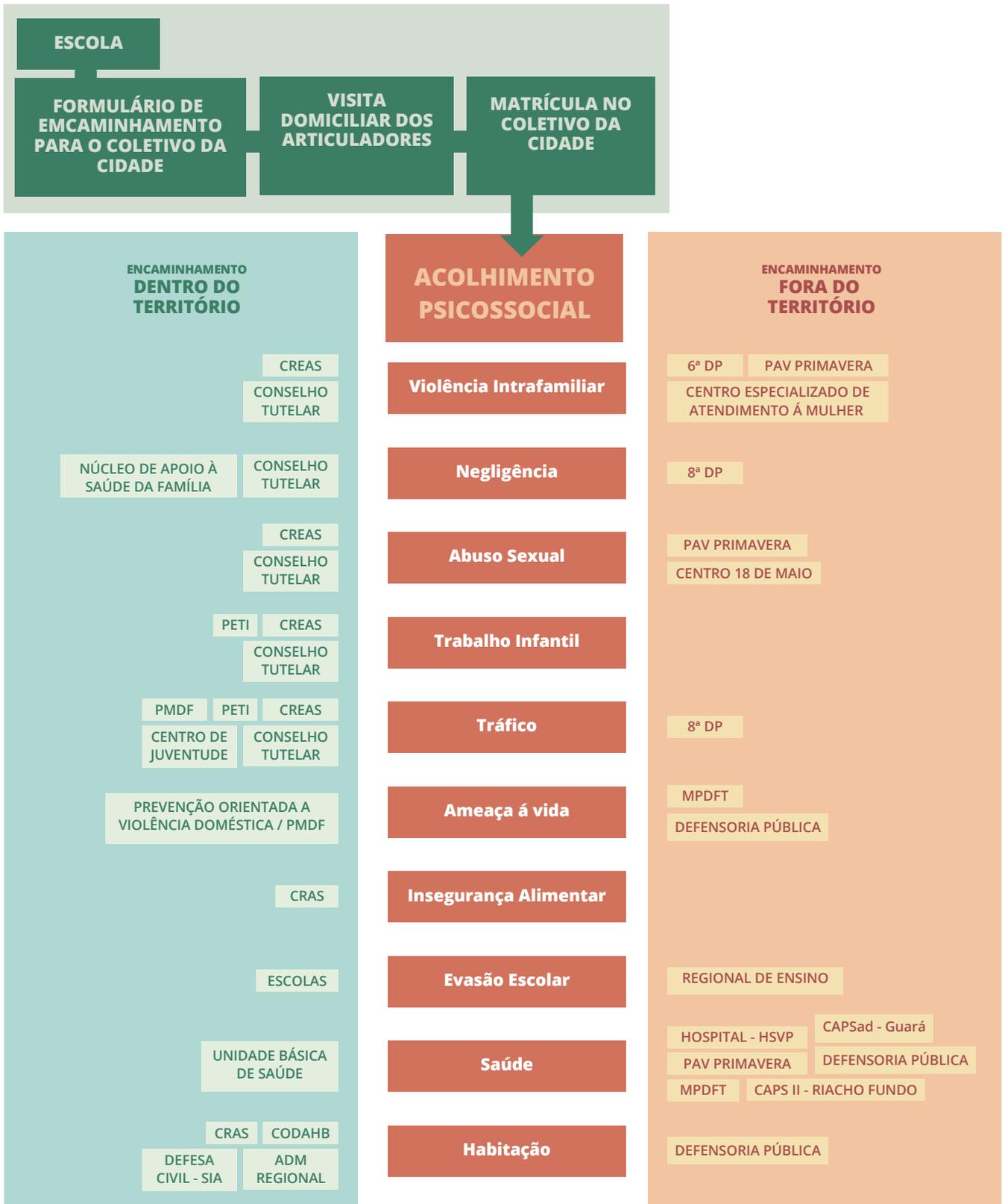
colaborar nas reuniões de rede. Apresentamos ainda a necessidade de ter acesso às informações das crianças que atendemos atualmente e que são alunas da escola a fim de contribuir com o acompanhamento cotidiano das crianças e construir um plano de desenvolvimento individualizado que amplie seu desenvolvimento escolar, conforme o projeto se comprometeu.

As dificuldades que enfrentamos nessa etapa foram: a intensa demanda de trabalho dos profissionais da educação, o que dificultou a celeridade no retorno dos encaminhamentos; o encaminhamento de novos casos pela escola; a resistência em compartilhar com o projeto Cidade Educadora os relatórios de avaliação individuais dos alunos; dificuldade de consolidar o fluxo de atendimentos no território; a percepção do projeto, por alguns atores, como uma ação de caridade e não como agência da sociedade civil, em atuação pela defesa dos direitos à educação, e das crianças e dos adolescentes.

Esses desafios que emergiram ao longo do processo reforçaram a necessidade de construção de uma metodologia que organize as potencialidades e vulnerabilidades presentes no território, como elementos capazes de contribuir para uma elaboração sistemática de um fluxo. Este constitui processos integradores para que os equipamentos públicos, a sociedade civil e, especialmente, as crianças e adolescentes - parte mais impactada com os fenômenos advindos da desigualdade - possam incidir sobre a realidade que vivenciam, alterando esse cenário por meio de ações e estratégias organizadas e continuadas, transformando a educação no território em uma jornada de autoria, autonomia, criatividade e emancipação.

A metodologia que desenvolvemos pode ser mais bem visualizada no fluxo do atendimento psicossocial que esquematizamos abaixo.

FLUXO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL PARA A TERRITORIALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM



AÇÃO 2:

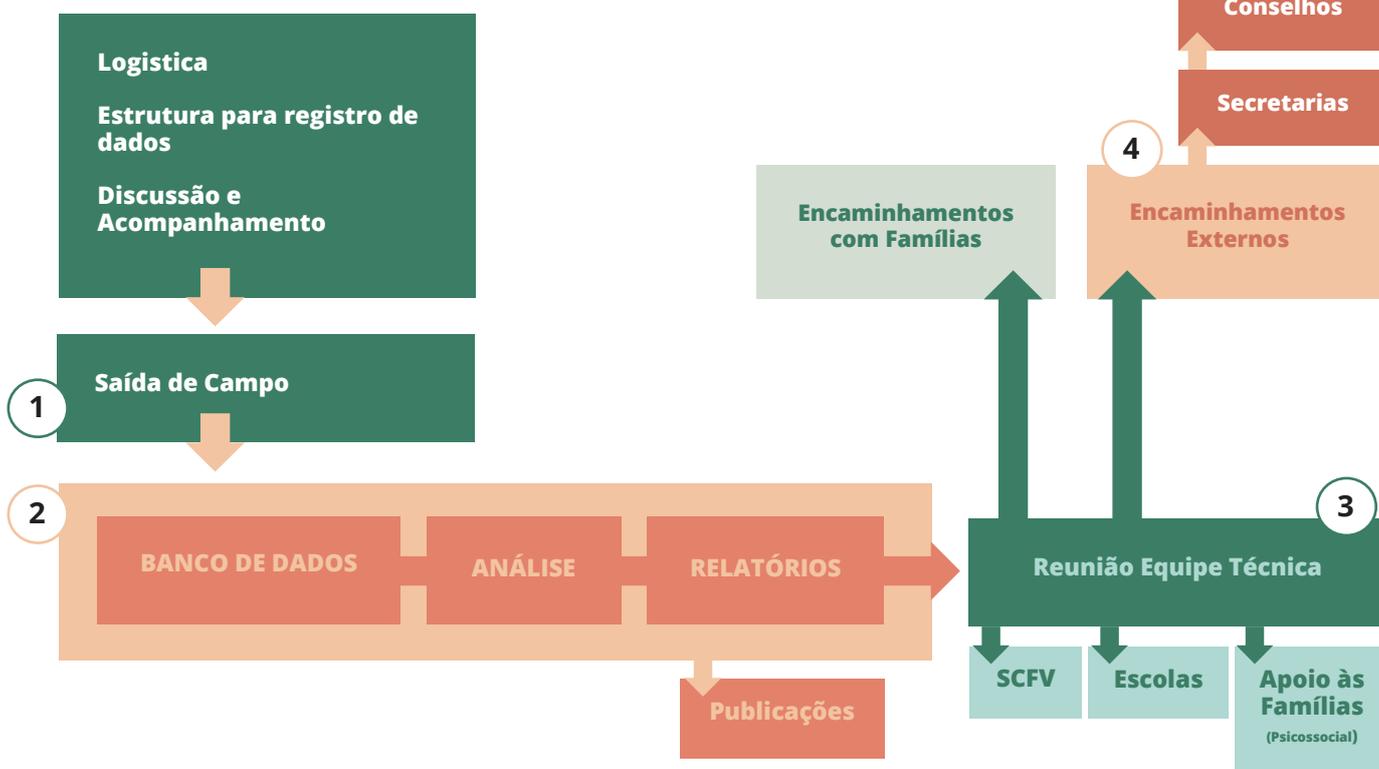
LEVANTAMENTO CONTINUADO SOBRE O ENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS NO PROCESSO EDUCACIONAL E SEU ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O levantamento continuado se deu em duas etapas. Durante a primeira, entre os meses de abril e maio de 2018, a equipe de articuladores comunitários do projeto Cidade Educadora visitou e entrevistou 65 famílias participantes do projeto e domiciliadas na Cidade Estrutural.

Esse processo de análise inicial trouxe alguns desafios, como a dificuldade de endereçamento na ocupação Santa Luzia, sendo essa a área mais vulnerável na Estrutural no que diz respeito ao acesso a serviços básicos, como saneamento básico e urbanização -

o que se poderá observar mais detalhadamente ao longo desse relatório - mas também trouxe potencialidades, como a construção de um banco de dados mais robusto, direcionado para a proposta de uma metodologia de educação territorializada.

Como resultado desse processo construímos a metodologia de territorialização de educação e aprendizagem que posteriormente seria aplicada na comunidade com os participantes do projeto, baseando-se no contexto observado e informações coletadas. Assim, o trabalho de análise e diagnóstico de famílias no território se inicia com essa atuação da equipe de articulação comunitária e segue de acordo com o seguinte proposta de fluxo, que compõe em si o resumo de todas as metas do projeto, conforme ilustração a seguir:



Após as visitas iniciais aos 65 domicílios, realizamos um cruzamento de dados e informações, um avanço que permitiu identificar:

1) As famílias cujos domicílios se caracterizam como cedidos ou domicílios em condições precárias;

2) Nestes domicílios, os casos de vulnerabilidade financeira extrema (desemprego, falta de renda) e/ou dificuldade de acesso a direitos como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC);

3) Vulnerabilidades, ainda, na área da saúde, adoecimento da mãe e/ou dos outros membros da família;

4) Presença de crianças com problemas de comportamento e/ou aprendizagem na escola;

5) Enfim, a ocorrência nesses domicílios de intervenções agressivas (como brigas, ofensas ou aplicação de castigos físicos) como meio de lidar com o comportamento da criança na escola.

A análise a partir desse cruzamento de dados nos apontou 23 famílias, que se definiu como um grupo amostral para a construção de fluxo de acompanhamento; dentre as quais pode se verificar a presença de todos ou quase todos esses aspectos analisados acima.

Com base nessa consolidação, a equipe técnica pôde classificar as informações sobre as diferentes violações de direitos em três eixos de atuação, conforme o organograma a seguir:

QUESTÕES IDENTIFICADAS NAS VISITAS

BLOCO 1	BLOCO 2	BLOCO 3
Saúde da Criança/ Adolescente	Transferencia de Renda - BPC / BF	indisciplina em Casa
Saúde da Mãe	Segurança Alimentar	indisciplina na Escola
Saúde Mental da Criança/Adolescente	Desemprego / Geração de Renda	Evasão da Escola/ Coletivo
Saúde Mental da Mãe		Dificuldades de Aprendizagem

Na segunda fase do levantamento continuado de dados, o trabalho de abordagem familiar do projeto Cidade Educadora continuou com visitas mensais às demais famílias. Os articuladores comunitários tiveram a função de aferir, junto a estas, dados sobre: hábitos sociais e culturais, escolaridade da família, sinais de abandono, sinais de violência intrafamiliar, sinais de alimentação irregular ou fome, condições da habitação, tempo de convívio familiar, expectativas educacionais dos familiares em relação ao futuro do aluno, situação da família no trabalho, pais e/ou parentes com sinal de adoecimento psíquico, comportamento depressivo, compreensão da família e demandas que apresentam sobre as rotinas e práticas escolares, estímulos que os alunos recebem da família e comunidade.

Além disso, realizamos uma consolidação dos dados relativos às crianças e adolescentes, a respeito do

acesso à saúde, aos serviços de assistência social, às condições da política de mobilidade urbana e ao trabalho, totalizando 394 famílias entrevistadas. O cruzamento e sistematização dos dados aferidos permitiu realizar um diagnóstico aprofundado acerca da situação socioespacial das famílias envolvidas (essa frase adicionada e o restante do parágrafo eliminado)

O levantamento dos dados alimentou indicadores cuja leitura permite melhor visualizar a realidade dessas famílias, tanto individual quanto coletivamente. É com base na análise desses dados que a Equipe Técnica do projeto Cidade Educadora pôde planejar com qualidade os próximos passos, fomentar a participação das famílias nos diferentes espaços de educação do território e elaborar os seus planos de desenvolvimento escolar. (esse parágrafo foi quase todo reescrito.

Os resultados foram organizados e deram corpo à próxima ação: o Relatório

de dados sobre a realidade espacial, psicossocial, educacional e cultural em que vivem as crianças, adolescentes e suas famílias, e os impactos gerados pela aplicação da metodologia de territorialização da educação.



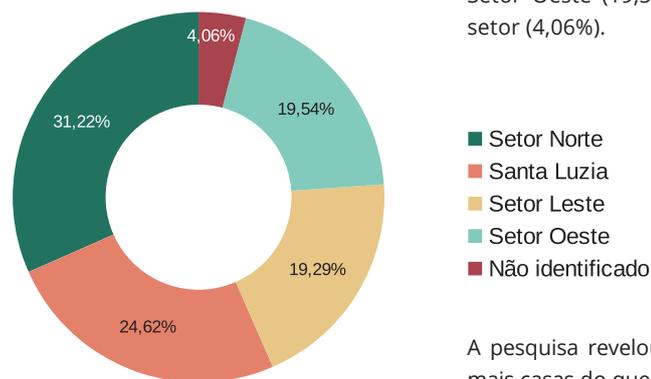
ACÇÃO 3: RELATÓRIO

Apresentamos a seguir parte do relatório descritivo e análise dos dados obtidos pelas entrevistas estruturadas – ou aplicação do questionário – realizadas pelos articuladores comunitários do projeto Cidade Educadora no período de 7 meses, entre 6 de junho de 2018 e 13 de fevereiro de 2019, consolidando um banco de dados com respostas de 394 famílias.

O tratamento e análise das análises empreendidas se limitam à aplicação dos modelos estatísticos básicos: tabelas de contingência e teste de hipótese Chi-Quadrado, que geraram (quando aplicáveis) um número que mostra mais prontamente a associação entre as características (parâmetros estimados) de maior interesse da população da Cidade Estrutural. O padrão de erro amostral tolerável para o presente tipo de estudo é de 5%. Esta “margem de erro” representa a confiabilidade e da validade da generalização, indução ou inferência dos achados da amostra para a população, isto é, da parte para o todo considerado.

CONDIÇÕES DE MORADIA E INFRAESTRUTURA DO TERRITÓRIO

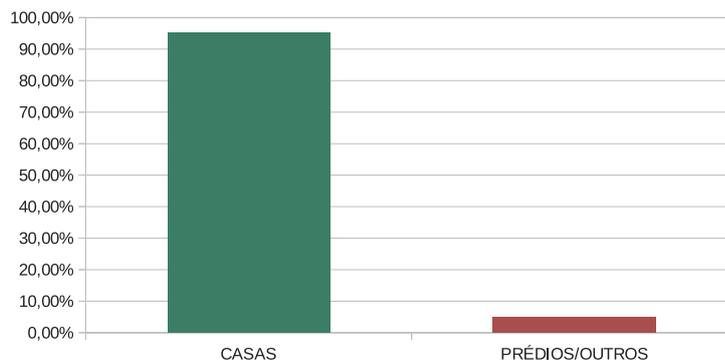
ONDE MORAM



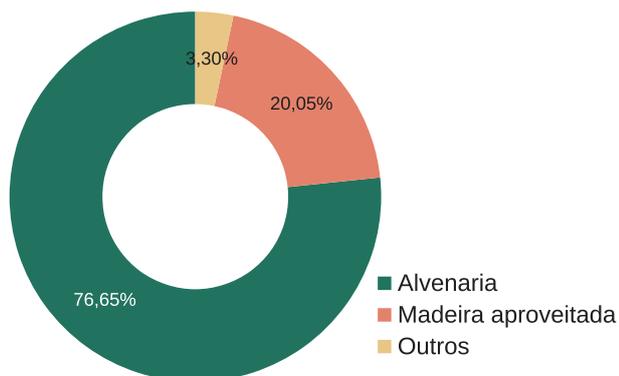
Cada unidade familiar tem, em média, 4 a 5 membros (4,55), que totalizam 1793 pessoas. A maior parte das respostas (94,67%) corresponde a quatro bairros, nomeadamente: Setor Norte (31,22%), Santa Luzia (24,62%), Setor Leste (19,29%) e Setor Oeste (19,54%); um número considerável de respostas não identificaram o setor (4,06%).

A pesquisa revelou que a Estrutural é uma cidade horizontal (95,18%), ou seja, com mais casas do que prédios. As construções são feitas sobretudo de alvenaria (76,65%) e madeira aproveitada (20,05%). Mais da metade das famílias (54,57%) é proprietária das casas que habitam, mas uma boa parte é ocupada (27,16%).

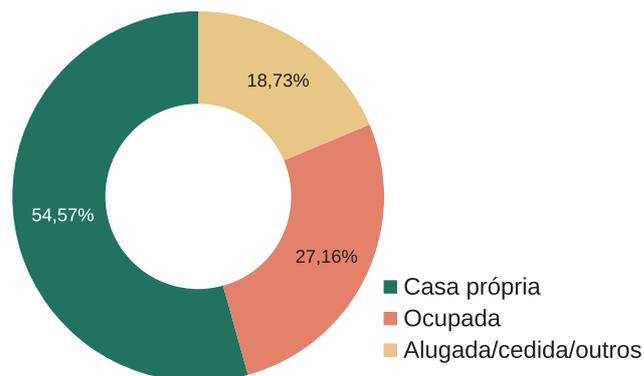
TIPO DE MORADIA



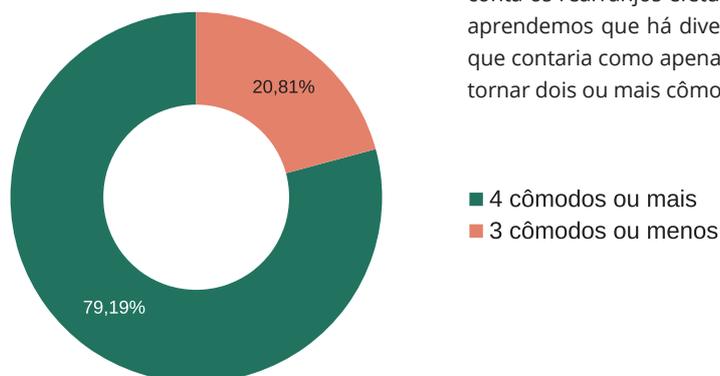
TIPO DE CONSTRUÇÃO



SITUAÇÃO DA MORADIA

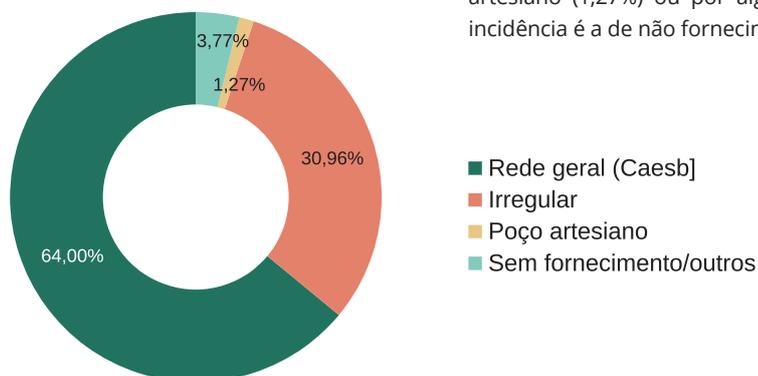


DIVISÃO DA MORADIA



Poucos domicílios são de apenas 1 cômodo (1,27%) enquanto a maior parte (79,19%) dos domicílios tem pelo menos 4 cômodos. Note-se que estes dados partem da avaliação do(a) respondente, de modo que a quantidade de cômodos pode levar em conta os rearranjos efetuados em uma pequena área construída. Com essas respostas aprendemos que há diversas formas de se pensar a organização de uma casa. Aquilo que contaria como apenas um cômodo do ponto de vista arquitetônico formal, pode se tornar dois ou mais cômodos do ponto de vista do uso concreto pelas famílias.

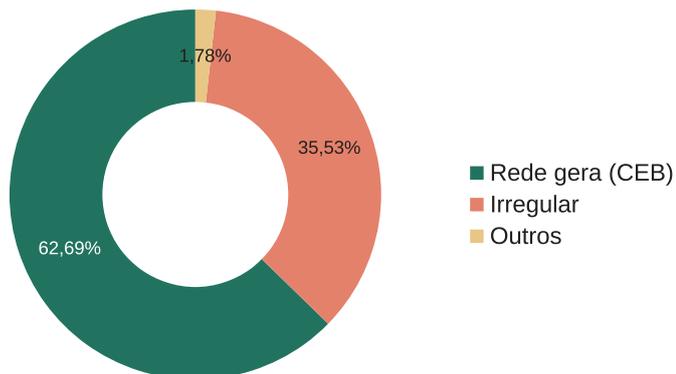
ACESSO A ÁGUA



O abastecimento de água dos domicílios está predominantemente regularizado e ocorre pela Rede Geral - Caesb (64,21%), mas há uma alta taxa de ligação Irregular/Gato (30,96%). Os quase 5 por cento restantes são de abastecimento por poço artesiano (1,27%) ou por algum vizinho (0,51%); não responderam 2,79%. A menor incidência é a de não fornecimento (0,25%).

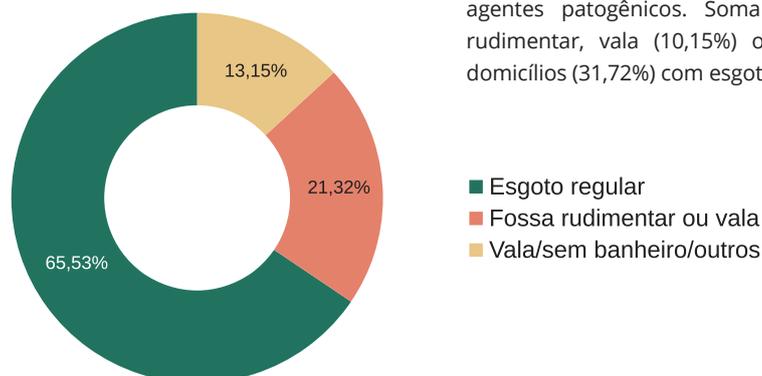
ACESSO A ENERGIA ELÉTRICA

O fornecimento de energia se dá através da Rede geral – CEB em 62,69% dos casos, enquanto o fornecimento de algum modo irregular chega a 35,53%.



ACESSO A REDE DE ESGOTO

Sobre a infraestrutura de esgoto, cerca de 2/3 dos domicílios (65,48%) têm esgoto regular, mas um número elevado utiliza fossa rudimentar (21,32%) e isso pode representar um risco sanitário e ambiental de contaminação da água e do solo por agentes patogênicos. Somando-se a proporção de domicílios que usam fossa rudimentar, vala (10,15%) ou não têm banheiro (0,25%), tem-se quase 1/3 dos domicílios (31,72%) com esgoto em situação insalubre.



A análise dos dados ainda indica que é no bairro Santa Luzia que se concentra a maior parte das ocupações, bem como irregularidades dos serviços de água (92,52%) e esgoto (52,33%). Devem-se priorizar políticas públicas nestas áreas, ainda ausentes naquele território, principalmente as de habitação, mas também políticas intersetoriais de saúde.

PERCEPÇÕES DE RISCO

As variáveis “Fatores de risco do domicílio” e “Fatores de risco do bairro” são questões abertas, onde constam tanto riscos percebidos pelo(a) respondente como riscos identificados pelo(a) articulador(a). A incidência de risco dos domicílios foi assim percebida em apenas 8,88%, havendo uma grande porcentagem de não respostas (53,30%)

No que diz respeito aos riscos aferidos no bairro, 43,40% não responderam, 36,04% responderam não haver riscos e 21,56% que sim. Entre os que disseram que há riscos, a tipificação dos riscos percebidos foi mais frequentemente relacionada ao uso de drogas (23%), isto é, o uso por si só é percebido como um risco. Em segundo lugar, está o risco relativo ao trânsito de veículos (17%), sejam caminhões ou carros, pela estreiteza das ruas e pela velocidade dos automóveis. Em terceiro está o tráfico de drogas (15%), seguido de assaltos, roubos e furtos (10%) e riscos à saúde (10%). Também aparecem nas respostas riscos relativos ao barulho e “agitação” da rua (9%), riscos relacionados à infraestrutura e urbanização (7%) - como ausência de iluminação e buracos na pista - e conflitos interpessoais na rua (6%).

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

O perfil da população é **jovem**, sendo que 65% tem **idade inferior a 24 anos**. A maior parte da amostra é composta por **negros e negras** (78,36%) e a segunda maior por brancos(as) (19,63%).

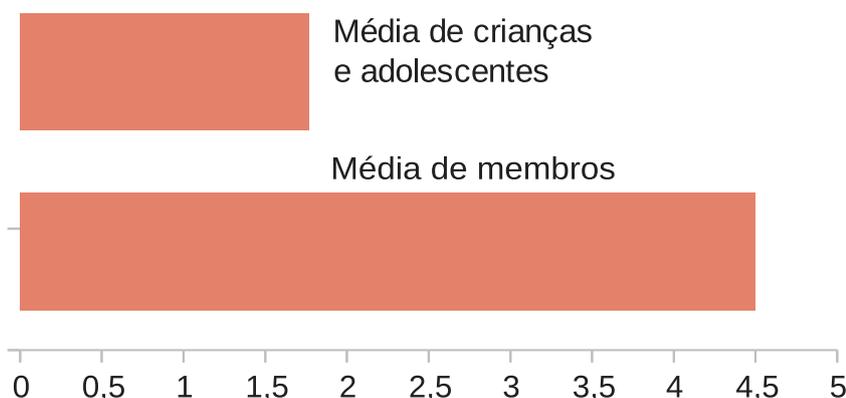
Em 90% dos domicílios visitados, a pessoa entrevistada foi a **mãe** das crianças referenciadas pela pesquisa. No que se refere à composição familiar, foi identificada uma média de **4,6 pessoas por domicílio**, muito acima da média nacional e da região Centro-Oeste, de 3 pessoas por domicílio (Pnad, 2015). Em **mais da metade** dessas famílias, **não há a presença de esposo ou companheiro**.

Em sua grande maioria, as mulheres entrevistadas são negras (90%) e jovens (64% têm entre 23 e 40 anos de idade), e possuem **nível de escolaridade baixo**, sendo 50% com ensino fundamental incompleto, 9,1% com ensino fundamental completo e 7,3% não são alfabetizadas. Atualmente, 90% não está estudando, mas **mais da metade pensa em retornar para a escola**.

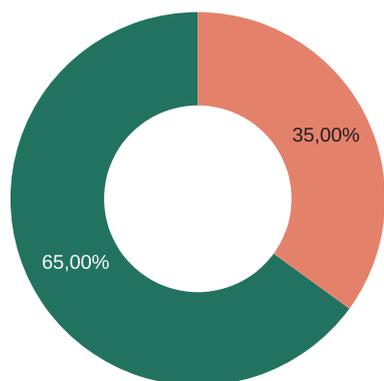
Quanto à ocupação das mulheres, mais da metade tem as tarefas domésticas como principal atividade: 34% se ocupam de **atividades do lar** e 17,4% são **diaristas ou empregadas domésticas**; e 75% declaram ter **renda média mensal de até um salário mínimo**. Cabe ressaltar que, ainda que muitas não desenvolvam nenhuma atividade remunerada, a renda declarada diz respeito a valores advindos de programas de transferência de renda, visto que 63% das famílias entrevistadas fazem parte do Programa Bolsa Família ou recebem o **Benefício de Prestação Continuada - BPC**.

A maior frequência no número de familiares no domicílio é 4 pessoas (31,98%). Em média, cada família tem 4,55 membros. As famílias contempladas pela pesquisa têm uma média de 1,77 crianças e adolescentes, a grande maioria entre 7 e 18 anos de idade (76,1%).

COMPOSIÇÃO NUMÉRICA DAS FAMÍLIAS



PROPORÇÃO DE JOVENS NAS FAMÍLIAS



As famílias são predominantemente formadas por pessoas jovens de 0 a 24 anos (65%), destes, 79,36% são da cor parda e preta, 33,46% com o ensino fundamental incompleto, mas 49,36% está estudando. Dos que estudam, a maioria conseguiu vaga nas escolas do próprio território, mas uma parte significativa (45,54%) precisa de se deslocar para outra região administrativa para terminar os estudos. Entre os que não estudam, uma parte pensa em retornar (15,34%). O perfil estudantil das famílias também se confirma, quando perguntamos as ocupações dos familiares, pois a maior parte se declara estudante/estagiário (45%).

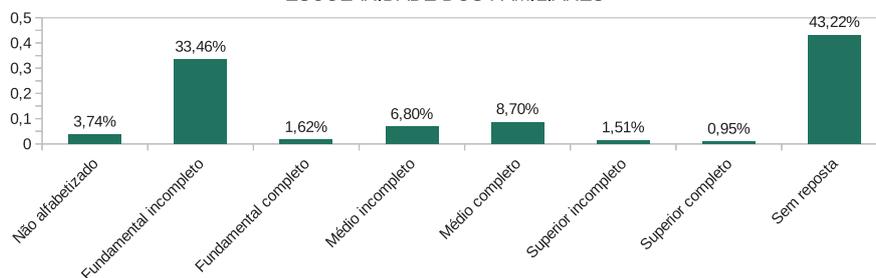
- De 0 a 24 anos
- Mais de 24 anos

CORES DOS FAMILIARES

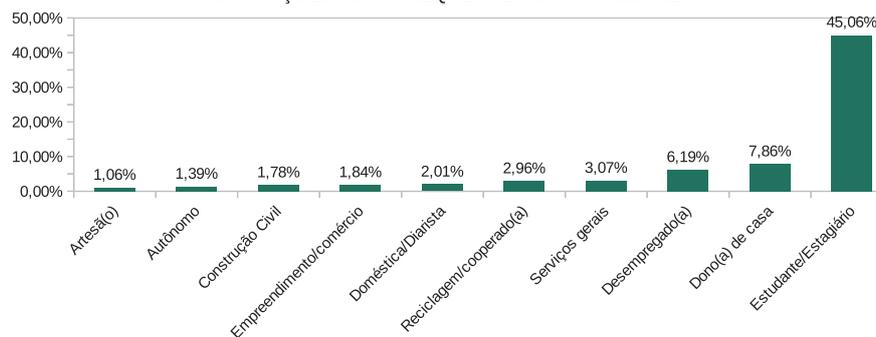


- Amarela
- Branca
- Indígena
- Parda
- Preta
- S/R

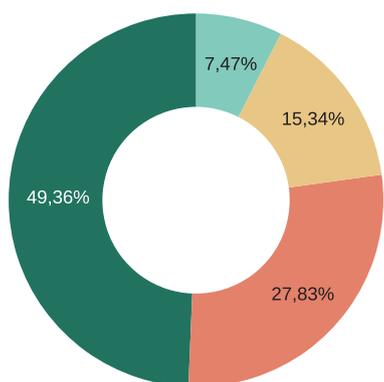
ESCOLARIDADE DOS FAMILIARES



OCUPAÇÕES MAIS FREQUENTES DOS FAMILIARES

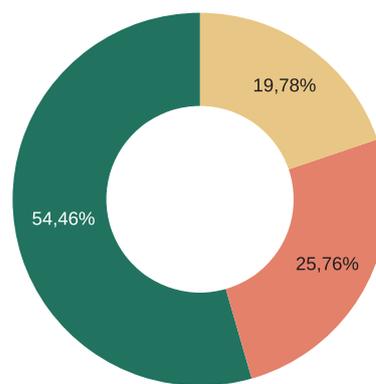


STATUS DE ESTUDOS DOS FAMILIARES



- Estudando
- Não estudando
- Pensando em retornar
- Sem respostas

RA's DAS ESCOLAS EM QUE OS FAMILIARES ESTUDAM



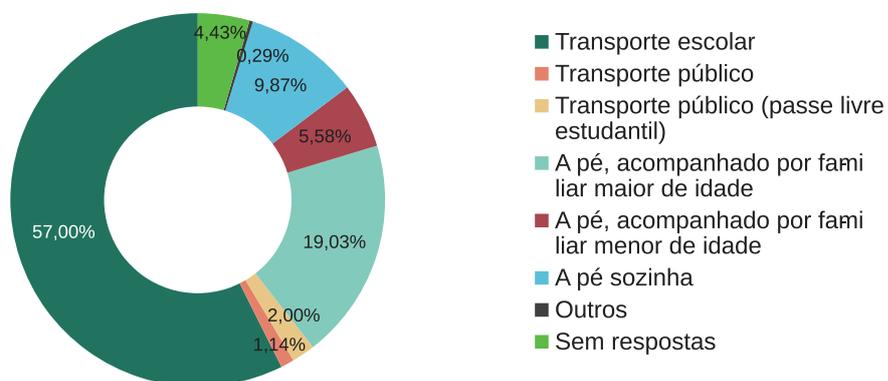
- Cidade Estrutural
- Guará
- Outros

VIDA ESCOLAR

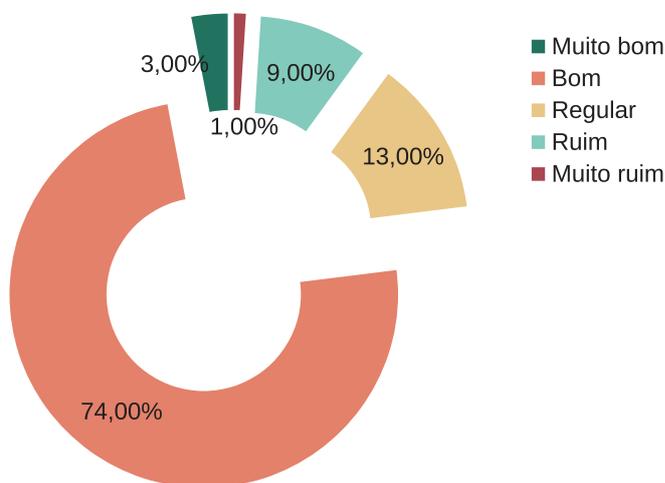
A maior parte das crianças e adolescentes se desloca para a unidade de ensino por transporte escolar público (57,65%), seguida de “a pé e acompanhada de familiar maior de idade” (19,03%) e sozinha (9,87%). Todas as modalidades de deslocamento a pé (34,48%) totalizam cerca de 1/3 da amostra de crianças e adolescentes, ao passo que apenas uma pequena parte utiliza transporte público comum (3,15%).

Constatamos que a maior parte dos usuários de transporte escolar que o avaliaram deram uma avaliação positiva (77%), ao passo que uma pequena parte avaliou como ruim ou muito ruim (10%). Um número considerável de usuários não avaliou (14,59%), ao passo que uma fração ainda menor avaliou como regular (5,87% dos usuários, 13% dos usuários que avaliaram).

MODO DE DESLOCAMENTO PARA ESCOLA

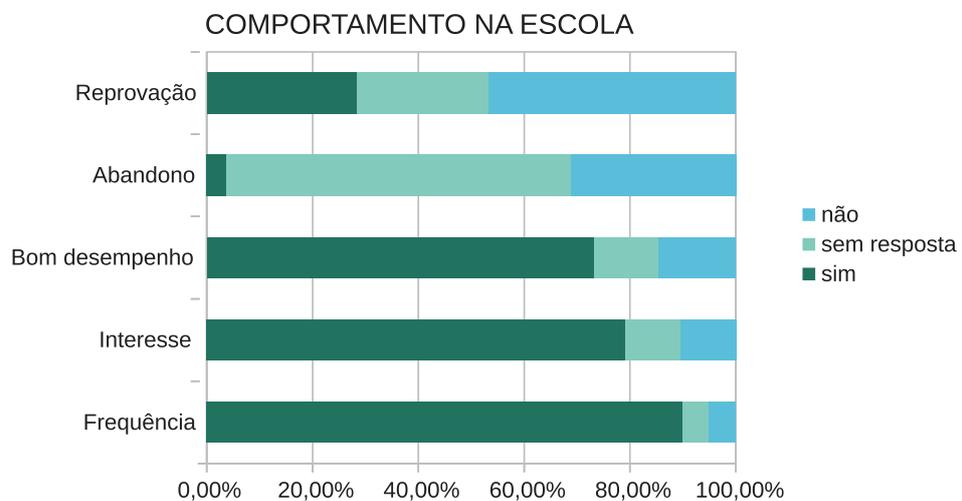


AValiação DO TRANSPORTE ESCOLAR



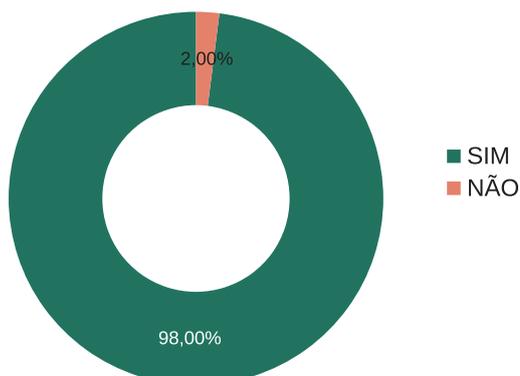
VIDA ESCOLAR

Nas abordagens realizadas, as respostas demonstram que a maioria é frequente (89,99%), interessada (79,11%) e apresenta bom desempenho escolar (73,25%); contudo, uma parte considerável já reprovou (28,47%) e já evadiu (3,72%). Sobre este aspecto, é importante notar que o número de não-respostas parece aumentar com a percepção de responsabilidade dos familiares em relação ao mau desempenho da criança ou adolescente. Reprovação e abandono são comportamentos que podem causar vergonha ou mesmo responsabilização legal (negligência), o que pode ser um fator de constrangimento para as respostas. A culpabilização sobre o mal desempenho escolar dos filhos que em geral as famílias sofrem ajuda a explicar o grande número de “não respostas” para essa pergunta. O mesmo ocorre com as respostas sobre como a família acompanha o comportamento escolar das crianças e adolescentes e sobre como lidar com o comportamento escolar.

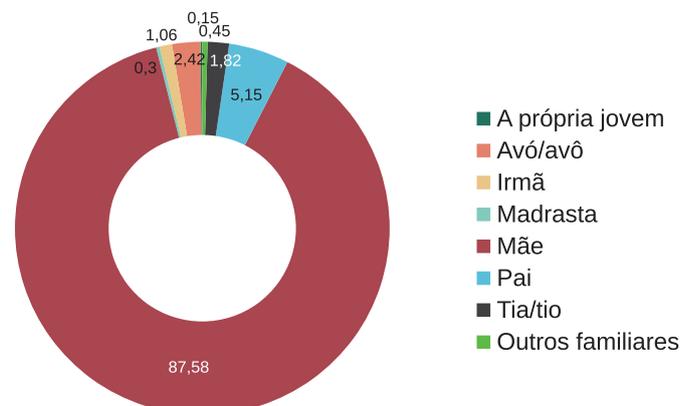


Ainda quanto à participação familiar na vida escolar das crianças, 94,42% das famílias afirmam participar das reuniões escolares de seus filhos e filhas. Essa tarefa é feita eminentemente pelas mães (87,58%) e muito pouco pelos pais (5,15%). Este dado levanta o debate sobre a responsabilização e culpabilização das mães pela educação dos filhos, que acontece no cotidiano e nas relações concretas com família, escola e comunidade. Trata-se de um aspecto sociocultural que muitas vezes é indevidamente reforçado pela ausência de políticas públicas nesse sentido.

PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NAS REUNIÕES ESCOLARES



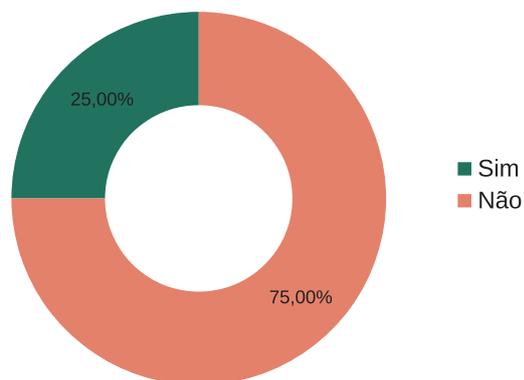
FAMILIARES QUE PARTICIPAM DAS REUNIÕES ESCOLARES



VIDA ESCOLAR

Por outro lado, 70% das famílias entrevistadas também relataram que nunca participaram dos conselhos escolares nas escolas de seus filhos e filhas e apenas 23,18% relataram já ter participado.

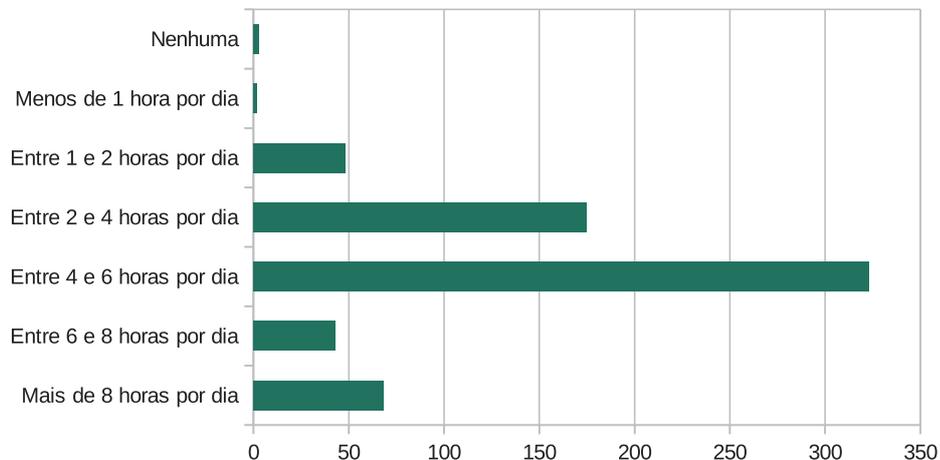
PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO ESCOLAR



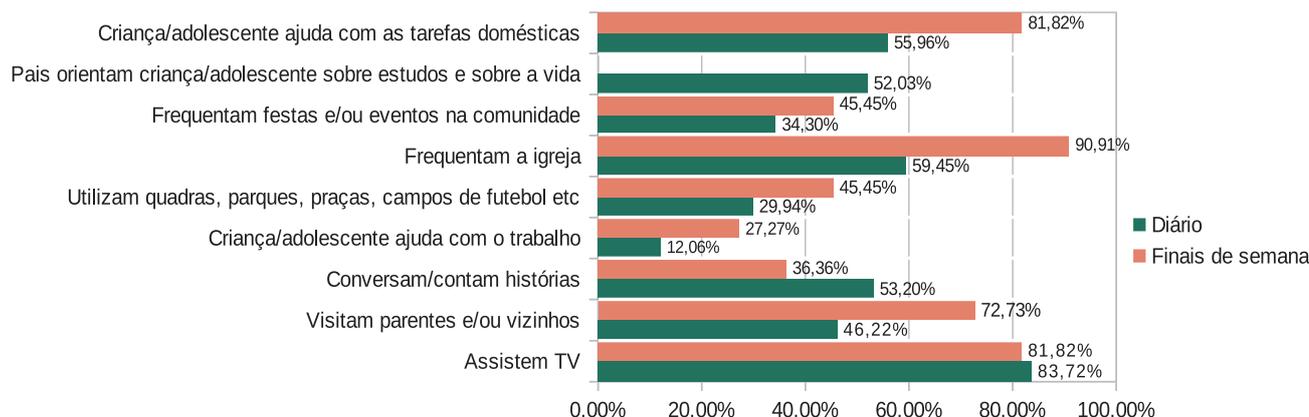
Isso pode significar uma possível ausência de apropriação a respeito do direito à gestão democrática nas escolas, na forma da lei, conforme garante a Constituição Federal em seu texto no Art. 206. A ausência do sentimento de pertencimento e de compreender-se parte de uma comunidade escolar dificulta o processo de fiscalização, controle social e definição de outros/novos sentidos de participação na dinâmica escolar; o que também acaba por contribuir para que a escola se torne um espaço engessado e pouco aberto à comunidade.

As famílias convivem em média 5 horas por dia com as crianças e adolescentes, mas com um desvio padrão 2,67 horas para mais ou menos. Isso indica uma convivência muito variada. Entre as atividades realizadas no convívio, as famílias afirmam: assistir TV (83,72%), frequentar igreja (59,96%), ter ajuda das crianças e adolescentes em tarefas domésticas (55,96%), conversar e contar histórias (53,2%), visitar parentes ou vizinhos (46,22%).

TEMPO DE CONVÍVIO FAMILIAR



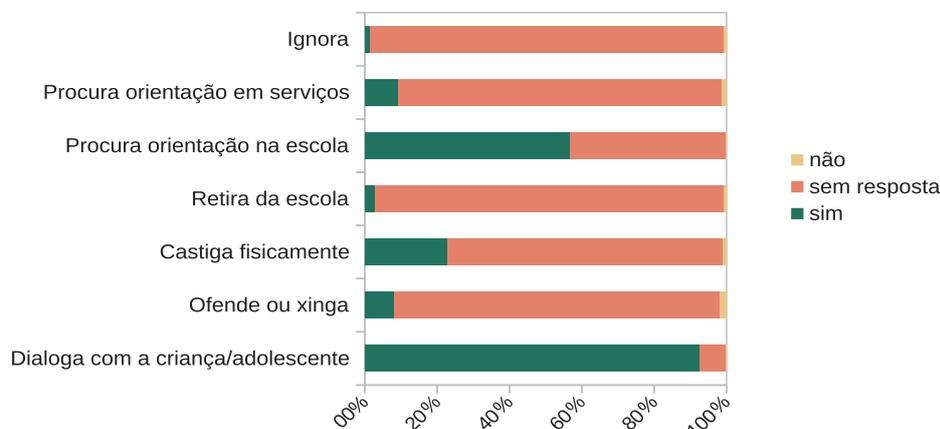
ATIVIDADES REALIZADAS NO TEMPO DE CONVÍVIO FAMILIAR



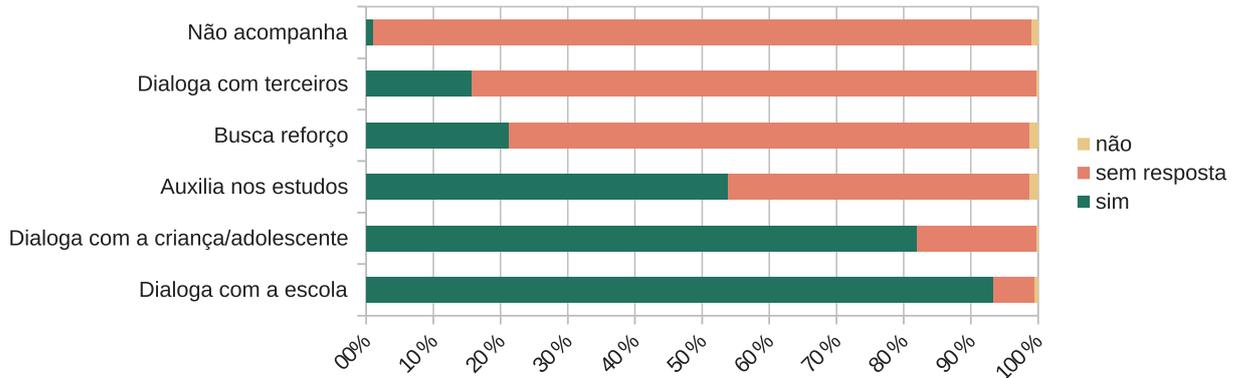
Frequentar eventos e festas comunitárias (34,3%) e utilizar espaços públicos (29,94%), que são atividades ligadas à vida comunitária no espaço público do território. A menor frequência é a da ajuda das crianças e adolescentes com o trabalho remunerado (12,06%), dado que deve ser observado com atenção. Constatou-se, ainda, que 209 (29,90%) crianças e adolescentes das famílias entrevistadas participavam das atividades no Coletivo da Cidade, ao passo que 474 (67,81%) não participava.

A maior parte das famílias relataram que acompanham o comportamento escolar por meio do diálogo com a própria criança ou adolescente (81,97%). A relação direta com a escola aparece como principal meio de acompanhamento (93,42%) e um dos principais meios de orientação (56,65%). Isso reforça que a escola e seus atores têm um papel fundamental na maneira como a família acompanha, e como um ponto do território e da rede tem uma função importante na vida da cidade como um todo, que inclui as relações intrafamiliares. Uma porcentagem significativa de famílias relatam usar formas drásticas de lidar com o comportamento escolar, que incluem o **uso de castigos físicos** (22,75%), ofensas e xingamentos aos filhos (8,01%) e outras ações, como retirar o filho da escola (3%) ou simplesmente ignorar a questão (1,57%).

MODO DE ACOMPANHAMENTO DO COMPORTAMENTO ESCOLAR

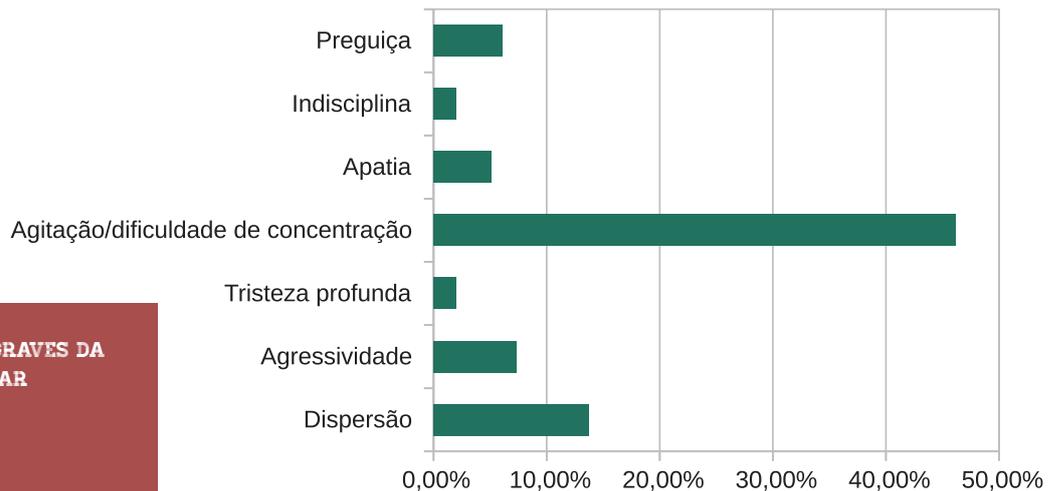


MODO DE ACOMPANHAMENTO DO COMPORTAMENTO ESCOLAR



A pesquisa ainda revela que, no campo das dificuldades e desafios na aprendizagem, os principais apontamentos e queixas são: agitação/dificuldade de concentração (46,19%), dispersão (13,71%), agressividade (3,6%), desinteresse (6,09%). Não se descarta uma possível correlação entre estas dificuldades e a forma descrita sobre como os pais/mães lidam com o comportamento escolar. Ao mesmo tempo, percebe-se que o comportamento escolar foi uma variável que demonstrou ter relação com o bairro onde as famílias moram, ou seja, há indícios de que as condições do local onde se mora tem influência no processo de aprendizagem e desempenho escolar.

ASPECTOS RELACIONADOS AO COMPORTAMENTO NA ESCOLA



PRINCIPAIS CAUSAS GRAVES DA INFREQÜÊNCIA ESCOLAR

Trabalho infantil

Gravidez (de risco) na adolescência

Questões graves de saúde do adulto responsável

Questões graves de saúde da criança/adolescente

Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado

Cabe complementar essa análise dos dados com o que foi observado durante os acolhimentos realizados pela equipe psicossocial com as famílias no Coletivo da Cidade. De 39 casos acompanhados, em 33 foram relatados dificuldades de aprendizagem e em 6 casos foram relatados que representam risco de evasão escolar. Nos processos de busca ativa realizados pelos articuladores comunitários do projeto junto ao Conselho Tutelar a partir de tais encaminhamentos descobriu-se causas graves que estavam ocasionando infrequência, tais como:

Desmotivação e falta de credibilidade na relação entre a família e a escola.

Falta de compreensão, valorização e otimização dos papéis dessas instituições na vida de cada criança e adolescente;

Desconhecimento da importância e dos impactos positivos da presença da família na educação dos filhos.

Sobrecarga emocional /mental imposta especialmente às mães, manifestada em sentimentos de culpa e/ou persecutoriedade: mães que se sentem frequentemente cobradas e responsabilizadas pelos problemas dos filhos. Essa situação ocasiona frequentemente a esquivia do contato com a escola; agressividade com os filhos e/ou apatia e negligência

Excesso de trabalho e outros compromissos que sobrecarregam as mães, especialmente a falta de estímulo à assunção da paternagem.

Não ter com quem deixar os filhos para participar mais dos eventos escolares onde a presença das mães, via de regra, é solicitada.

Os assuntos são tratados muitas vezes de forma culpabilizadora e utilizando de linguagem pouco acessível às mães; que por sua vez, para compreender como e com o que podem colaborar, precisam primeiramente compreender e ser afetadas pelo que está sendo dito.

As hipóteses sobre a existência de correlações estatísticas entre, por um lado, a evasão escolar e, por outro, gravidez na adolescência, pobreza, vulnerabilidades, depressão e racismo estrutural devem ser olhadas por meio de uma abordagem sistêmica das condições de vida na cidade. Em todo caso, a complexidade das situações com que nos deparamos, na busca ativa daquelas crianças e adolescentes infrequentes, apresentou-nos indícios das causas para os altos índices de evasão escolar e colou-nos o desafio de compreender não apenas as situações de evasão, mas também sua possível superação.

De posse desses dados, que descrevem os desafios da vida escolar e a atuação da família diante destes, é importante propor algumas reflexões. Primeiramente, eles nos fazem perceber o quanto o envolvimento das famílias com a educação de seus filhos e filhas é um fator crucial, não apenas para o desenvolvimento cognitivo em si, como também para o seu desenvolvimento emocional e social. Nesse contexto, o Coletivo da Cidade compreendeu, por meio desse estudo e da relação com outros diversos autores e pesquisas em torno dessa temática, que a família e a escola devem funcionar como uma equipe que se complementa, se valoriza e dá suporte, e que a condição fundamental para garantir o desenvolvimento ampliado que almejamos quando falamos dessa relação é garantir uma boa comunicação com a escola, o que consiste em um diálogo harmônico pautado em respeito e colaboração.

Construir um contato pessoal, de forma orgânica é primordial para o sucesso dessa relação. Porém, é sabido que mesmo diante da importância e da valorização dessa relação existem barreiras que complicam esse envolvimento entre família e escola. Por meio do estudo realizado, a equipe técnica e de articulação comunitária do projeto compreende que esses fatores são tanto externos quanto internos. Nessa perspectiva, poderíamos apontar os seguintes fatores que dificultam essa relação:

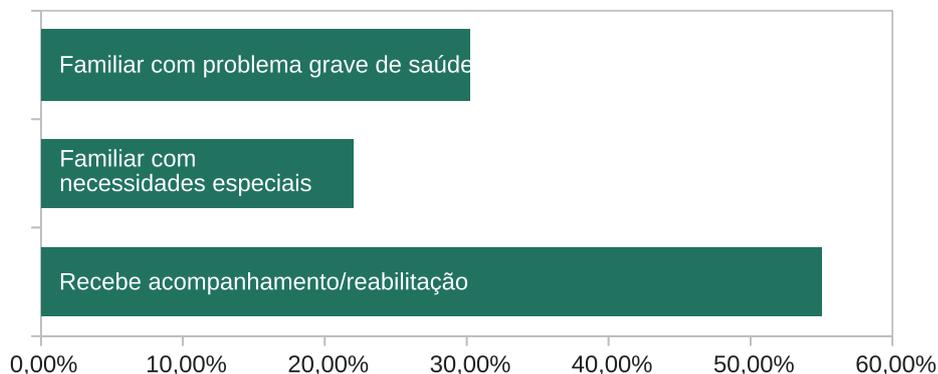
No sentido de tentar solucionar e contribuir com a melhoria dessa relação, o Coletivo da Cidade compreende que é preciso criar estratégias de envolvimento para que mães e pais pouco participativos se vinculem à escola e aos demais espaços de formação que seus filhos frequentam. No contexto da Cidade Estrutural e diante da complexa realidade que permeia a vida das mães e pais, acreditamos que as intervenções de suporte psicossocial às famílias são as mais importantes para garantir a melhoria dessa relação. É preciso construir com as famílias um plano de organização com intervenções realizadas de forma sistemática e de longo prazo para o acompanhamento de seus filhos, de modo a garantir uma mobilização da rede local que também dê o suporte necessário para que as mesmas tenham suas necessidades básicas atendidas. Percebemos que esse caminho pode gerar uma relação potente de envolvimento, cuidado e acolhimento e tornar as famílias mais conscientes de seu papel, mais disponíveis e mais seguras dentro dessa relação, ressignificando assim o seu olhar a respeito da escola.

Outro aspecto diretamente relacionado à aprendizagem e ao desenvolvimento das crianças e adolescentes é a estrutura das escolas da cidade. Com insuficiência de recursos e estrutura, precariza-se o trabalho de acompanhamento pedagógico, apesar do esforço de seus profissionais, cujo quadro conta com o mínimo efetivo possível, recursos didático-metodológicos escassos e propostas de currículo pouco envolventes e apartadas da realidade vivenciada pelos alunos em seu contexto de vida. Os desafios e as dificuldades que, de forma sintomática, se manifestam na vida escolar das crianças e adolescentes radicam-se em questões estruturais e estruturantes do modelo de escola que lhes é oferecido.

SAÚDE

Um dado que chama bastante atenção é a vulnerabilidade das famílias em relação às condições de adoecimento e falta de acesso à saúde. Foi identificado que 28,6% das famílias apresentam algum membro com deficiência ou transtorno mental, sendo registrados 6 casos de deficiência visual, 2 casos de deficiência intelectual, 3 casos de deficiência auditiva, 5 casos de deficiência mental e 2 casos de transtorno mental. Constatou-se ainda que 73,3% destes casos não recebem nenhum apoio ou acompanhamento especializado. Além disso, 47,7% das famílias apresentam algum membro com grave enfermidade.

SAÚDE DOS FAMILIARES

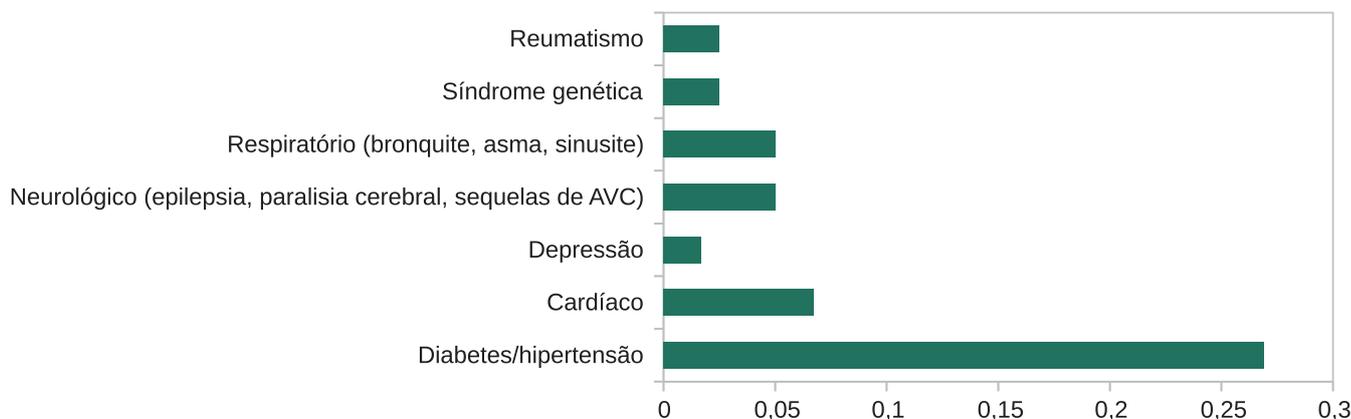


Complementando esse dado, a equipe psicossocial utilizou da técnica de entrevista semiestruturada para coleta de informações com famílias acompanhadas pelo Coletivo da Cidade e identificou que 18 destas apresentaram demandas para atendimento psicológico e/ou psiquiátrico. Ressalta-se que os indicadores apontam prioritariamente para um adoecimento da mãe, com sintomatologia indicativa de possível depressão (tristeza profunda/recorrente, falta de sono, apatia, oscilação do humor, ideação suicida, dentre outros).

A enfermidade mais frequente é diabetes/hipertensão (26,89%), que é objeto das políticas definidas para a atenção básica de saúde em geral, o que inclui os postos de saúde (UBS, Unidade de Saúde da Família). A segunda problemática mais frequente é a cardíaca (6,72%), seguida da Depressão (5,88%) e problemas eminentemente neurológicos (5,04%).

Doenças e agravos eminentemente psicossociais somam cerca de 1/10 dos casos (11,76%), ao passo que aquelas que envolvem o sistema cardiorrespiratório representam aproximadamente 4/10 da amostra (41,18%).

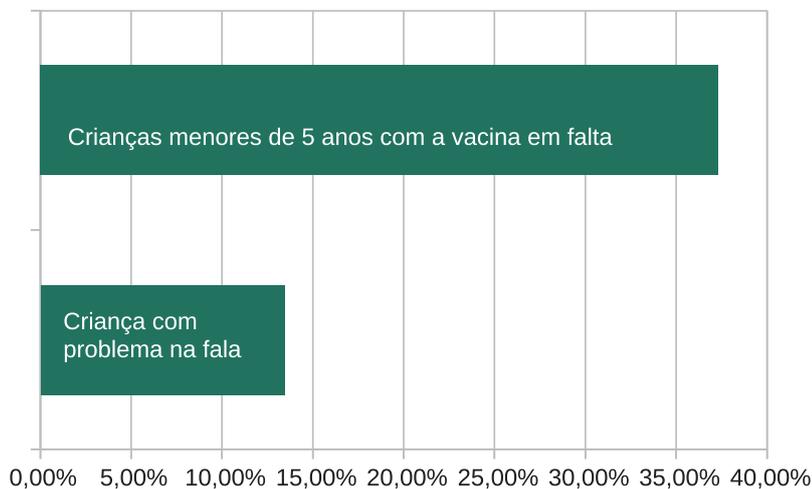
DOENÇAS GRAVES MAIS FREQUENTES NOS FAMILIARES



SAÚDE

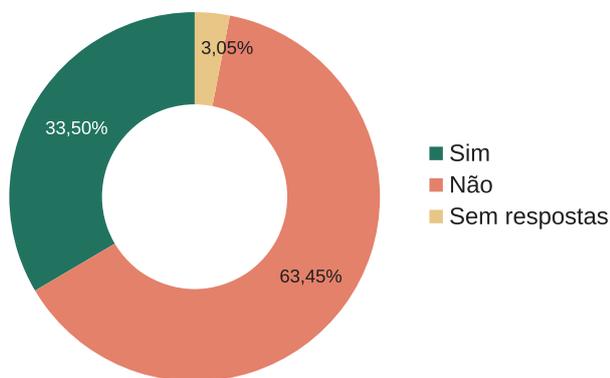
Com relação aos aspectos relacionados a saúde das crianças e dos adolescentes, evidencia-se que quase 40% das crianças com até 5 anos de idade estão com as vacinas em dia e 23,1% apresentam algum problema de fala. A especialidade médica mais acessada por este público é a pediatria (90,62%). Mas apenas 1/3 das crianças e adolescentes tiveram acesso à odontologia (29,19%), menos ainda à oftalmologia (19,59%), psicologia (13,2%) e dermatologia (7,11%).

SAÚDE E DESENVOLVIMENTO NA INFÂNCIA



A rede de saúde da Cidade Estrutural é composta por 3 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 1 Núcleo de Atendimento de Saúde da Família (NASF). 87,7% dos respondentes afirmaram que sua família acessa o serviço de saúde do território, todavia 58,7% afirmam não receberem visitas de agentes comunitários de saúde. Desta forma constata-se que os casos em que há necessidade de acompanhamento especializado não são tratados dentro do território, fato que fragiliza a saúde da população e acarreta dificuldade de acesso a este direito.

RECEBIMENTO DE VISITA DE AGENTE COMUNITÁRIO (ACS)



SAÚDE

Considerando a faixa etária das crianças e adolescentes atendidas pelo Coletivo da Cidade (6 a 17 anos) e compreendendo o desenvolvimento humano através da perspectiva socio-histórica, acredita-se que **o cenário de saúde identificado impacta diretamente o comportamento das crianças, a qualidade dos seus vínculos familiares e o seu processo de aprendizagem destas.**

Os atendimentos realizados pela equipe psicossocial apontam para diferentes situações de violação de direitos das crianças e adolescentes atendidas. Nota-se que 13 famílias apresentam contexto de violência intrafamiliar, 12 apresentam situação de vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos, 5 apresentam histórico de abuso sexual, 2 com medidas protetiva de afastamento e 3 em situação de extrema vulnerabilidade.

Deste modo, considerando os dados apresentados acredita-se que o contexto social, cultural, econômico e de saúde impacta a dinâmica familiar e a saúde integral das crianças e adolescentes, prejudicando o desenvolvimento dos mesmos.

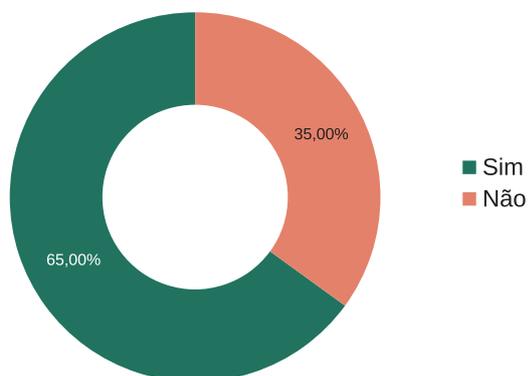


DESIGUALDADE DE RENDA E DE OPORTUNIDADES

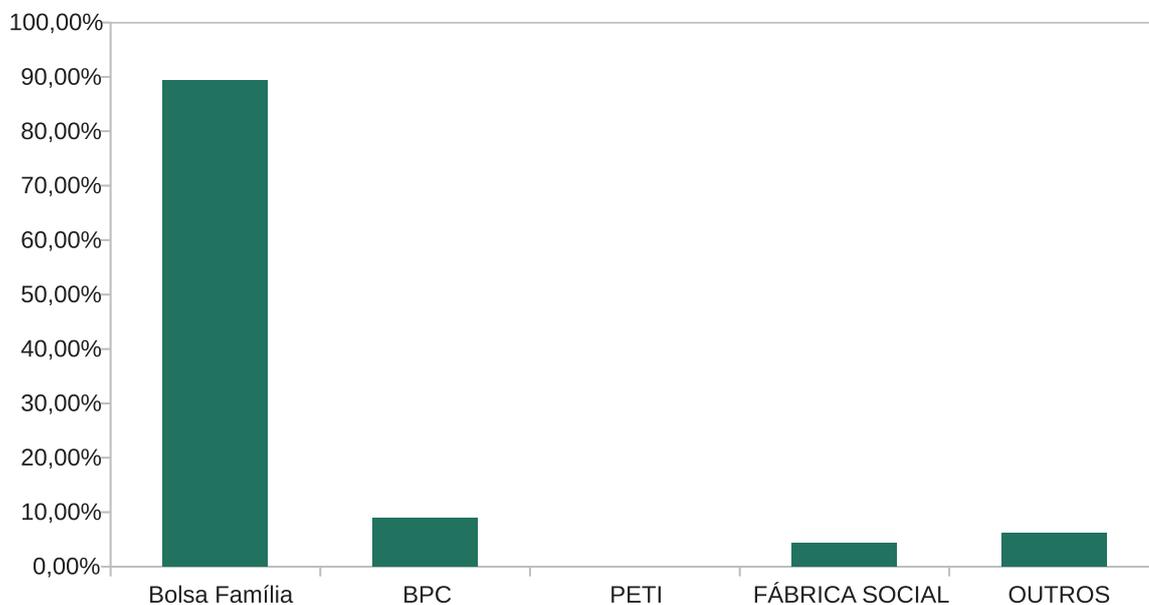
Destrinchando melhor os dados, observamos que, segundo a pesquisa, a média da renda familiar é de R\$ 260,00 per capita com alto desvio padrão, o que indica uma alta desigualdade no seguinte sentido: um número muito grande de pessoas não tem nenhuma renda própria e um número muito pequeno tem uma renda que “puxa” a média para cima.

Cabe também destacar que a maior parte das famílias entrevistadas participa ou participou de algum programa social (64,97%), como o Bolsa Família (89,45%), Benefício de Prestação Continuada-BPC (8,98%), e Fábrica Social (4,3%). As famílias também acessam serviços socioassistenciais no território (93,15%) e fora dele (54,82).

PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA GOVERNAMENTAL DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA



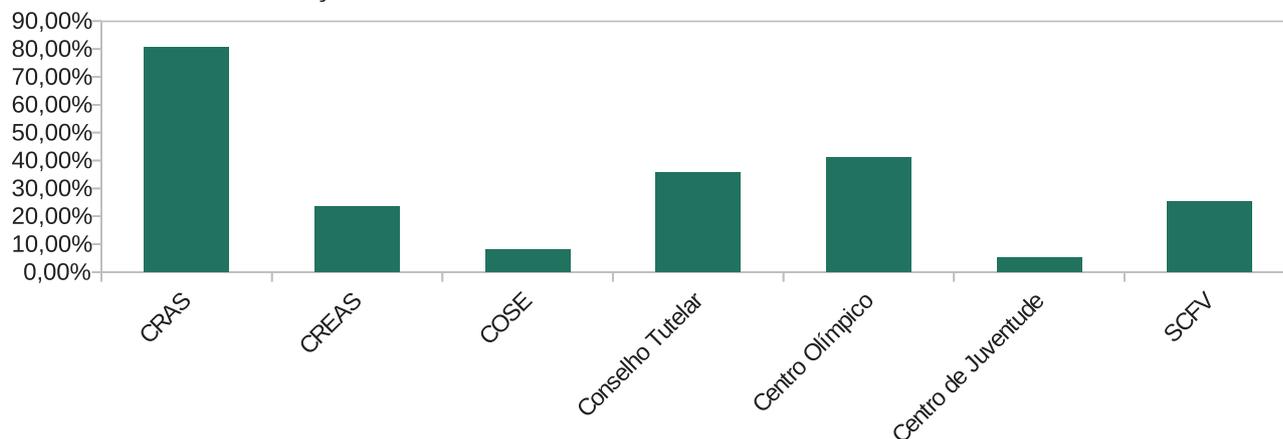
FREQUÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA



DESIGUALDADE DE RENDA E DE OPORTUNIDADES

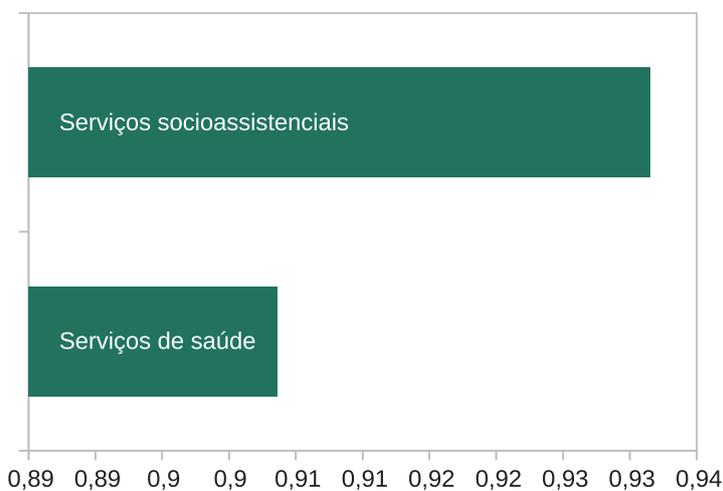
A maior parte da amostra acessa serviços no território da cidade estrutural (93,15%), cerca de 9 a cada 10. Da amostra total - e não somente aqueles que responderam acessar -, os serviços mais utilizados são o Centro de Referência em Assistência Social - CRAS (80,71%), seguido do Centro Olímpico (23,6%) e Conselho Tutelar (35,79%). As menores taxas de acesso são ao Centro de Juventude (5,08%), Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - COSE (8,12%) e ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV (25,13%) pela rede conveniada.

SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS ACESSADOS DO TERRITÓRIO

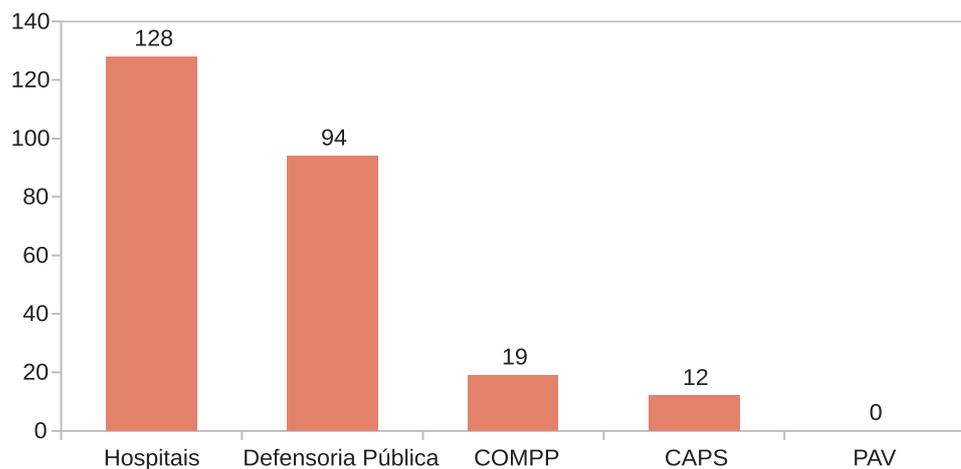


As taxas de acesso (54,82%) e não acesso (44,16%) a serviços de fora do território mostram que boa parte das vezes as famílias precisam realizar longas jornadas para acessar um serviço ou órgão público. A maior frequência de acesso fora do território é a serviços não previamente listados (33,76%), entre eles o mais citado pelas entrevistadas foi serviços hospitalares (32,49% da amostra total). Esse dado é importante considerando que não existe um hospital no território. Entre os listados, o mais acessado é a Defensoria Pública (23,86%), seguida do Centro de Orientação Médico Psicopedagógica-COMPP (4,82%) e Centro de Atenção Psicossocial-CAPS (3,05%). Nenhuma acessa o Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência (PAV).

ACESSO A SERVIÇOS NO TERRITÓRIO



FREQUENCIA DE ACESSO A SERVIÇOS FORA DO TERRITÓRIO



FORMAÇÃO DA EQUIPE

As ações 1, 2 e 3 dessa meta consistiam na realização das 3 etapas de formação técnica com professores, articuladores comunitários e outros profissionais envolvidos no trabalho com crianças e adolescentes no território abordando os seguintes temas: construindo um Território de Aprendizagem e Proteção na Cidade Estrutural, cartografia social, papéis e funções dos articuladores comunitários.

Entre os dias 2 e 7 de abril de 2018 realizamos uma formação com toda a equipe do Coletivo da Cidade que envolveu a apresentação do projeto Cidade Educadora. Nesse período abordamos alguns conceitos estruturantes do trabalho do Coletivo da Cidade, a saber: concepções de educação, memórias significativas do processo educativo dos sujeitos, Educação Popular, narrativas e trajetórias educativas fora da educação escolar formal, apresentação institucional e organizacional do Coletivo da Cidade, contextualização a respeito da realidade do território, da rede de serviços da Cidade Estrutural, uma contextualização a respeito do ECA, entre outros.



Entre os dias 13 e 15 de abril de 2018 realizamos o Seminário de Abertura do Projeto Cidade Educadora, com o objetivo de formação técnica para a equipe do projeto, professores, articuladores comunitários e outros profissionais envolvidos no trabalho com crianças e adolescentes no território. O Seminário aconteceu no Instituto Federal de Brasília, no campus da Cidade Estrutural. A proponente do conteúdo de formação foi a equipe multidisciplinar Instituto Cultiva, responsável pela difusão e implementação da metodologia de territorialização da educação no município de Contagem, MG, onde se desenvolveu o projeto Comunidade Educadora.

O Coletivo da Cidade convidou diversas instituições que atuam com crianças e adolescentes no território e divulgou a formação também para a comunidade. A formação contemplou a apresentação de outros projetos inspiradores na perspectiva de territorialização da educação. Além da equipe técnica do Instituto Cultiva, representantes da UNICEF no Brasil e a Universidade de Brasília (UnB) também participaram da programação do Seminário, abordando temas de grande relevância para o projeto: o desafio da exclusão escolar e da evasão no Brasil e a cartografia social como estratégia de construção de um território de aprendizagem.

O conteúdo desenvolveu-se conforme planejamento prévio do Instituto Cultiva, aprofundando temas como os conceitos de família e capital social, com o objetivo de pacificar entendimentos sobre os conceitos fundamentais do projeto e a equipe envolvida.



A segunda fase do Seminário Cidade Educadora foi realizada no mesmo local, com a mesma equipe proponente, o mesmo público visado, e ocorreu entre os dias 7 e 9 de junho. Desta feita, a formação contemplou o tema da indisciplina na escola, tema que se identificou como prioritário para os professores e profissionais da educação que atuam no território, apontado como um dos principais desafios para a atuação dos professores junto aos alunos em busca da garantia de ampliar o desenvolvimento escolar. Os temas seguintes trataram do papel da articulação comunitária no monitoramento qualificado das ações em rede e no desenvolvimento escolar ampliado. A proposta de formação a respeito da temática da indisciplina na escola aconteceu em formato de minicurso e teve transmissão ao vivo pela [página do Coletivo da Cidade no Facebook](#). Contabilizou mais de 3.200 espectadores, além de mais de 50 compartilhamentos na rede.

Curta nossa página!



coletivodacidade

FORMAÇÃO DA EQUIPE

A conclusão da proposta foi positiva e teve êxito na formação de mais de 30 profissionais do território envolvidos direta e indiretamente com o Projeto Cidade Educadora e com a implementação da metodologia.

No dia 15 de junho realizamos a 3ª etapa de formação, dessa vez a equipe proponente do conteúdo da formação foram as professoras da Universidade de Brasília (UnB) Maria Cristina Costa Leite e professora Shadia Husseini, dos departamentos de geografia e educação, respectivamente. A proposta de conteúdo, bem como a programação detalhada da oficina, que contemplavam conceitos teóricos importantes da geografia e da educação foram compartilhados e realizou-se ao final um mapeamento participativo inicial do território da Cidade Estrutural de acordo com a metodologia proposta pela cartografia social.

A intenção da formação era contribuir para a construção de um mapeamento com a comunidade local; construção de novas possibilidades de mapeamento digital participativo e utilização da Cartografia Social como uma ferramenta-chave para o desenvolvimento local e territorial, bem como para a formação cidadã. A avaliação dos participantes, em sua maioria moradores e atores do território, foi bastante positiva; a proposta foi bastante didática e participativa.

FORMAÇÃO DE ARTICULADORES

Para o trabalho de articulação comunitária houve uma formação específica. Nos dias 25, 26 e 27 de abril, foi realizado o processo de formação dos articuladores comunitários conduzido pela equipe psicossocial do projeto Cidade Educadora. Essa atividade teve como objetivo a preparação e capacitação para realização das visitas domiciliares. A formação foi planejada e conduzida a partir de três eixos principais: formas de abordagem, rede de serviços, e formulário de levantamento de dados.

Nossa concepção da articulação comunitária é uma atuação ampla e de conexão entre a família, o Coletivo da Cidade e os serviços da comunidade, facilitando as relações entre as partes para atingir um objetivo comum, melhorar a qualidade dos saberes e a formação humana.

A principal função dos articuladores comunitários no Projeto Cidade Educadora é de reduzir as distâncias entre os serviços oferecidos no território e as famílias, através de visitas periódicas aos equipamentos públicos. Assim, os articuladores comunitários representam fonte de informações para a atuação da equipe pedagógica e psicossocial do projeto Cidade Educadora, tendo em vista que as visitas domiciliares possibilitam uma compreensão mais ampliada da realidade das famílias. Nesse sentido, os articuladores desempenham papel fundamental na mobilização das famílias para outras etapas do projeto, como a participação em reuniões escolares, encontros de famílias e atendimentos psicossociais.

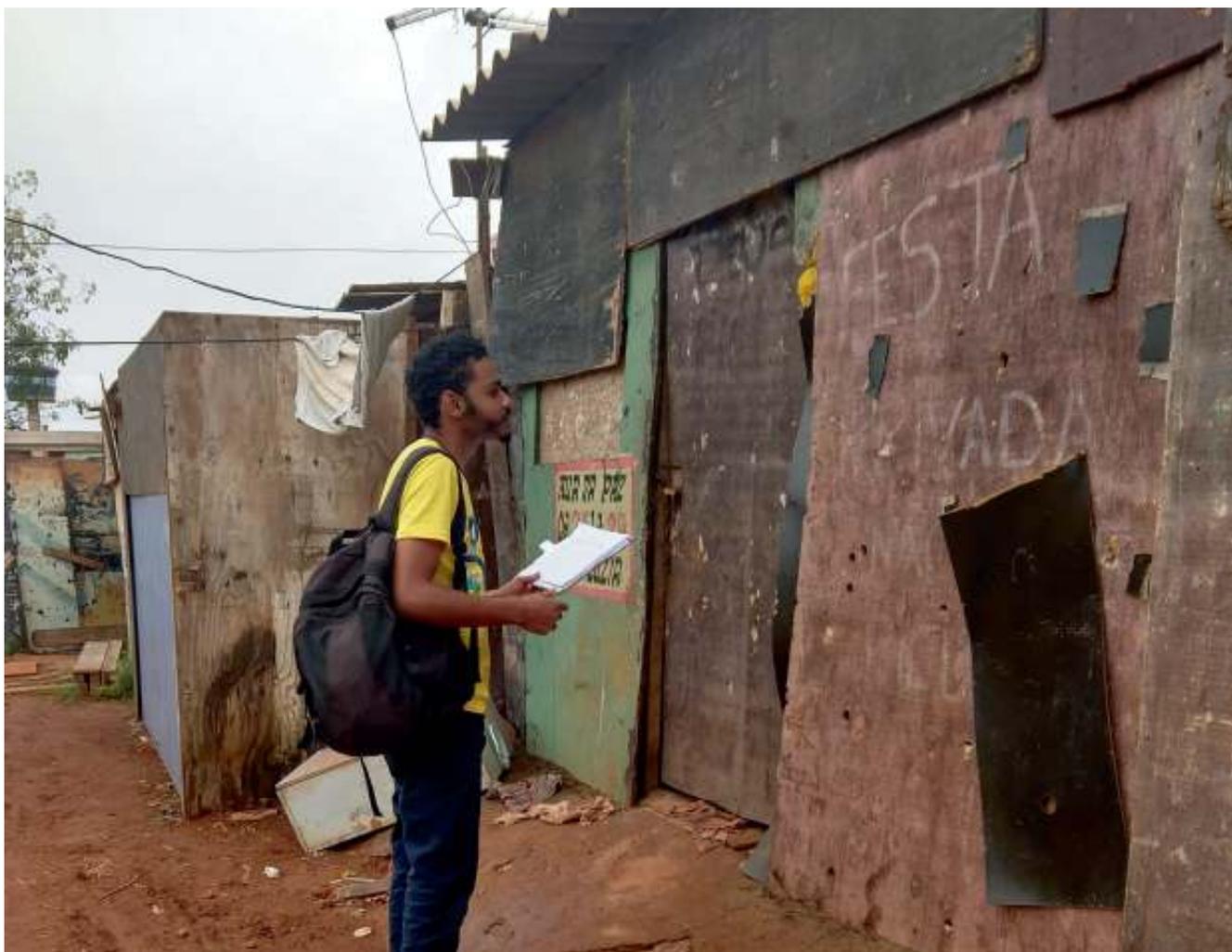
Os temas abordados na formação dos articuladores foram os aspectos da visita domiciliar, o mapeamento da rede de serviços e a apresentação do formulário de levantamento de dados.

ASPECTOS DA VISITA DOMICILIAR

A visita domiciliar proporciona uma leitura ampliada da realidade social de determinada família, sendo possível identificar a rede de serviços e de apoio disponíveis; conhecer as interações e relações familiares; conhecer a realidade socioeconômica; e compreender a dinâmica cultural da família. Assim, a visita domiciliar não tem caráter investigativo nem intervencionista a princípio, mas se caracteriza como um instrumento de observação e compreensão da realidade e de aproximação com a família.

Todas as informações adquiridas a partir da visita domiciliar devem ser tratadas com respeito e sigilo. Além disso, as questões sociais identificadas a partir da visita domiciliar não devem ser interpretadas como razões para culpabilizar os indivíduos, e sim compreendidas como parte de uma estrutura de exclusão social. Os articuladores comunitários foram sensibilizados sobre a importância de uma abordagem sem julgamentos prévios e sobre a diferença entre a informação comunicada e a impressão do ouvinte sobre aquela informação.

A equipe psicossocial também atentou para a importância de se criar um lugar seguro de fala para as famílias e se discutiu estratégias de continuidade das conversas, estabelecendo ainda um espaço de escuta sensível.



REDE DE SERVIÇOS

Nesse eixo de formação, os articuladores comunitários elencaram todos os serviços do território já conhecidos por eles. A partir disso, a equipe psicossocial e os articuladores comunitários conversaram sobre as responsabilidades legais e sobre o funcionamento real de cada serviço.

Os articuladores comunitários apontaram diversas instituições existentes na Cidade Estrutural, como o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Conselho Tutelar, Centro de Juventude, Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - COSE, Posto de Saúde, Vila Olímpica e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Além da conversa sobre as responsabilidades dos serviços, as equipes debateram os problemas mais conhecidos relacionados ao acesso a políticas públicas no território. Foram identificados como problemas centrais próprios do território: poucas escolas; inexistência de hospital; ausência de Delegacia de Polícia; insuficiência do serviço de saúde existente; e pouco alcance dos serviços socioassistenciais existentes.

Em seguida, a equipe psicossocial reforçou o entendimento de uma estrutura de exclusão que mantém famílias em situações de vulnerabilidade e que, ainda que exista regulamentação de funcionamento dos serviços, sua realidade de desempenho esbarra em questões complexas que, por vezes, compromete sua efetividade.

FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS

Esse eixo de formação teve como objetivo familiarizar os articuladores comunitários com o formulário de levantamento de dados utilizado nas visitas domiciliares. Este formulário semiestruturado é dividido em cinco blocos temáticos: Habitação; Família; Educação; Saúde Integral; e Assistência Social/ Rede Social. Esse diagnóstico consiste em levantar dados demográficos, socioeconômicos, de cultura educacional e familiar, e de acesso a serviços.

A formação junto aos articuladores comunitários teve a finalidade de orientar a equipe sobre o preenchimento do formulário e a necessidade de estabelecer indicadores sobre questões que o projeto pretende mapear. A revisão de cada item permitiu esclarecer seus objetivos e eventuais dúvidas, além de orientar sobre o registro das informações transmitidas pelas famílias durante a visita domiciliar.

APROXIMAÇÃO FAMÍLIA E TERRITÓRIO

Considerando a família como a centralidade das ações da política de assistência social, com foco no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o estímulo da autonomia e da emancipação, o Coletivo da Cidade realizou 10 (dez) encontros com este público para discussão de temáticas que contemplem eixos de garantia de acesso a direitos, ressaltando os referentes à infância e juventude e os serviços disponíveis no território.

AÇÃO 1

REALIZAÇÃO DE REUNIÕES DE FORMAÇÃO E DIÁLOGO COM AS FAMÍLIAS.

As reuniões de formação envolveram temáticas relacionadas com o cotidiano da cidade e das famílias, tais como: Infância e Adolescência/ECA, organização familiar, direitos humanos, Educação Popular e aprendizagem comunitária, saúde comunitária, direitos sociais das mulheres. Os objetivos dos encontros eram: 1) promover o acesso à informação sobre os direitos das famílias, com os recortes de populações mais vulneráveis, como crianças e adolescentes e mulheres; e 2) a potencialização de práticas voltadas para a cidadania e o protagonismo da comunidade. Os encontros tiveram 90 participações e em média de 9 a 10 pessoas por encontro. Pretendeu-se que os encontros gerassem

ações de impacto que estimulassem a função protetiva da família, prevenindo ruptura dos vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo na melhora de sua qualidade de vida.

Considerando que as famílias do território são majoritariamente chefiadas por mulheres e existe a dificuldade de deixar os filhos em local seguro, a equipe ofereceu suporte para que as responsáveis pudessem, caso necessário, levá-los. Desse modo a reunião contemplou também duas perspectivas, sendo: a) a realização de atividades lúdicas com as crianças e adolescentes; e b) a roda de conversa com as famílias, conduzida pela equipe psicossocial, coordenadora de atendimento, educador social e coordenador administrativo.

No primeiro momento as participantes foram convidadas a debater sobre suas expectativas relacionadas à cidade, pensando em melhorias para o futuro. Foram elencadas questões como a necessidade de mais escolas no território, a melhoria da segurança pública, a ampliação dos serviços de saúde, a proteção de crianças e adolescentes, e a necessidade de combate aos preconceitos vivenciados pela população da Cidade Estrutural.

Essa metodologia teve o objetivo de incentivar o debate entre as mulheres sobre os desafios compartilhados, possibilitar o diagnóstico preliminar acerca dos problemas vivenciados e levantar temas para as próximas reuniões. As principais reflexões levantadas foram:

EDUCAÇÃO

O QUE ELAS VÊM:

Quantidade de escolas insuficiente.
Falta de transporte escolar.
Preconceito racial, social e bullying contra a população da Cidade Estrutural sofrido nas escolas fora do território
Infraestrutura precária das escolas do território

O QUE ELAS QUEREM:

Que as escolas abordem temas como sexo e drogas de maneira preventiva
Que as escolas acompanhem e respeitem mais as famílias.

FAMÍLIAS

O QUE ELAS VÊM:

Falta de tempo para conviver
Dificuldades em lidar com a desobediência e agressividade dos filhos
Gravidez na adolescência
Uso abusivo de álcool e de drogas ilícitas entre membros da família
Violência doméstica e intrafamiliar,
Dificuldades financeiras

O QUE ELAS QUEREM:

Maior geração de emprego e de capacitação profissional para pessoas do território.

TERRITÓRIO

O QUE ELAS VÊM:

Falta de políticas públicas, como creches, hospitais, segurança pública, agência de Correios, Unidade de Pronto Atendimento – UPA, Cartório Eleitoral (recentemente fechado) e opções de lazer
Alagamentos em época de chuva
Falta de oportunidade de emprego
Desigualdade racial e social.

O QUE ELAS QUEREM:

Maior oportunidade de renda e

Obs: O fechamento do Lixão, recentemente realizado pelo governo sem diálogo com a população local, foi sentido como prejuízo para a comercialização e para a renda das famílias.

GÊNERO

O QUE ELAS VÊM:

Violência doméstica e o medo de denunciar
Falta de rede de apoio
Dependência financeira
Discriminação sofrida por mulheres que são mães solteiras,
Discriminação contra mulheres que usam preservativo e contra mulheres que tem “muitos” filhos.
Falta de opções de métodos contraceptivos na rede de saúde pública
Escasso acesso ao ginecologista e dentista
A discriminação que sofrem ao serem atendidas nos serviços de saúde
Precária mobilidade urbana, considerando a falta qualidade do transporte público e o medo de transitar na cidade à noite.

O QUE ELAS QUEREM:

Não precisar desempenhar o papel da mãe e do pai ao mesmo tempo

Nos encontros foram trazidas histórias de vida, principalmente com relação às experiências de mulheres na infância e na maternidade, visto que houve maior prevalência do público feminino nos encontros. Verificou-se que maioria das mulheres que participaram dos encontros tiveram histórias semelhantes com relação ao trabalho infantil e a gravidez precoce. Relatos de abuso sexual e fuga de relacionamentos abusivos, tanto com companheiros quanto familiares, foram frequentes e acolhidos pelo grupo. Vale ressaltar que o grupo era diferente a cada semana, porém, os relatos ainda se pareciam. Outro elemento possível de identificar foi a preocupação com a criação de seus filhos. O que se observou na fala dessas mães é que houve avanços significativos nos direitos sociais e avanços tecnológicos que facilitam a vida, porém que a geração atual não aproveita de seus “privilégios”, como não precisar mais trabalhar na infância, para alguns.

O trabalho na infância não foi trazido como uma escolha entre outras, mas a única possibilidade de sobrevivência da família. Posteriormente ao se iniciar no trabalho, a gravidez também ocupa um espaço significativo na vida dessas mulheres. Outro ponto importante de se destacar são as famílias com mais de um filho, em que os irmãos e as irmãs mais velhas passam a cuidar dos mais novos, tendo que abrir mão dos estudos, para que as mães possam se ausentar para o trabalho. Um padrão observado foi de que as/os filhos mais novos tiveram mais acesso à educação do que as/os mais velhos. Uma frase que se repetiu por diversas vezes e que permanece ecoando é “eu não tive infância”.

No processo de fechamento dos encontros das famílias, foi proposto que os encontros posteriores seriam pensados conjuntamente com as famílias a partir da experiência dos encontros passados. Foram sugeridos temas de interesse, a frequência dos encontros, dia da semana e horário. Foi ainda considerada a dificuldade de participação de familiares nas reuniões por motivos de falta de disponibilidade de famílias (trabalho, cuidado de familiares, distância, etc.), ou seja, o impacto da sobrecarga de trabalho das mulheres chefes de família.

Os encontros foram organizados e conduzidos pela equipe técnica do Coletivo da Cidade, sendo este composto por duas psicólogas, uma pedagoga e uma assistente social. Além da equipe técnica, foram convidadas pessoas de movimentos sociais e da rede social da Estrutural. A participação da rede social do território apresentou bons resultados, visto a aproximação das realidades que envolvem a relação do acesso da população aos serviços, principalmente de assistência social e de saúde.



AÇÃO 2

PACTUAÇÃO DE UM FLUXO DE ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM ATORES DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL.

O Coletivo da Cidade participou das reuniões da Rede Socioassistencial da Estrutural composta por lideranças comunitárias, associações da sociedade civil e agentes públicos da área da saúde mental, da Secretaria de Segurança Pública, do Conselho Tutelar, CREAS, CRAS, Centro de Juventude (SECRIA) e Centro Olímpico.

Entre as ações em conjunto destacam-se as do mês de junho, considerando a data 12 de junho como Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil e a incidência desta violação de direitos no território. A Rede construiu um plano de intervenções a serem realizadas durante o mês, objetivando dar visibilidade ao tema, para que as crianças dos centros de convivência e das escolas públicas da cidade pudessem participar e construir coletivamente modos de enfrentamento desta problemática. A proposta apresentada possui como tema “Não Proteger a Infância é Condenar o Futuro”. Ressalta-se que o Coletivo da Cidade contribuiu na elaboração da proposta e execução das atividades que envolveram oficina de pintura, flashmob, amistoso de queimada, roda de diálogos sobre o Trabalho Infantil e apresentação do Teatro Grupo Help.

Uma outra questão discutida na Rede durante esse período foi a formação de um grupo de trabalho que pense estratégias de enfrentamento à ausência de serviços em saúde mental no território e a dificuldade de deslocamento das famílias para acompanhamento especializado. Desta forma, o grupo solicitou oficialmente à Secretaria de Saúde do Distrito Federal a implantação de 1 CAPS. O Coletivo da Cidade possui representante no grupo de trabalho formado.

AÇÃO 3

CRIAÇÃO E/OU FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES

Conforme observado nos dados levantados, a grande maioria das famílias nunca participou de uma reunião do Conselho Escolar. Considerando que os conselhos deveriam ser espaços de formação para cidadania e exercício da participação social, acreditamos na importância da apropriação desse espaço pelas famílias, a fim de contribuir para a função emancipatória da educação.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado que tem natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, e tem entre seus objetivos democratizar as relações no âmbito da escola, visando à qualidade de ensino, promover a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e os setores da escola e estabelecer diretrizes e critérios gerais relativos à organização escolar, ao funcionamento e à articulação com a comunidade.

A equipe de articuladores incentivou a participação das famílias e da potencialização da relação entre a escola, o território e a Rede Socioassistencial nos encontros realizados, porém não houve significativa adesão. As dificuldades para a participação de espaços podem estar ligadas a situações sobre as quais os articuladores não puderam incidir diretamente, tais quais a sobrecarga de trabalho das famílias, além do fato de a maioria das mães terem baixa escolaridade, não se sentindo apropriadas nesse espaço que se propõe a pensar a educação. Os articuladores comunitários junto com pedagogo e equipe psicossocial do Coletivo da Cidade se disponibilizaram a participar regularmente das reuniões dos Conselhos Escolares, a fim de contribuir, monitorar e oferecer suporte aos atores envolvidos nesse processo, com vistas a gerar reflexões, aprofundamento e novas construções que resultem em incidência no projeto político pedagógico das escolas. Porém, as informações necessárias para o prosseguimento das ações não foram repassadas, o que prejudicou a conclusão da ação a bom termo.



ACÇÃO 4

AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO REGULAR DAS FAMÍLIAS NAS REUNIÕES DE PAIS DAS ESCOLAS

A tarefa da equipe de articulação do projeto foi de planejar junto com a escola a metodologia das reuniões, e levar previamente sugestões para que a relação de partilha e fortalecimento se dê de forma mais didática. À medida em que as famílias percebessem sentido, significado e mudanças efetivas advindas de sua participação, esperava-se que se sentissem mais dispostas e comprometidas com o projeto de aprendizagem e desenvolvimento escolar de seus filhos e da própria escola no território.

Não foi possível medir o impacto dessa ação, pois não houve um controle da equipe de articulação a respeito da participação ou não de cada família nas reuniões de pais. Ainda assim, algumas atividades realizadas em parceria com a escola junto com as famílias nos permitiu compreender as maiores dificuldades do processo educacional na visão dos profissionais da escola e dos familiares: a falta de estrutura e de recursos da própria escola, chegando à necessidade de solicitar apoio das famílias para a compra de resmas de papel A4, a infrequência das crianças e adolescentes que atrapalha a continuidade do trabalho, a descontinuidade do trabalho por motivo de ausência de professores e de quadro insuficiente e a relação conflituosa entre alunos e professores, o que dificulta a aproximação, a vinculação e a aprendizagem.



ACOMPANHAMENTO FAMILIAR PERIÓDICO

AÇÃO 1

VISITAS BIMENSAIS ÀS FAMÍLIAS.

Cada articulador comunitário visitou um número de 50 famílias a cada dois meses. Para essa visita, junto com as perguntas orientadas pelo questionário semiestruturado, o articulador comunitário, orientado pela equipe técnica, realizou uma escuta no sentido de entender as principais demandas das famílias visitadas. Com base nisso, uma rede de apoio comunitário e de serviços públicos foi acionada para prestar apoio. A relação de confiança estabelecida promoveu maior autonomia das famílias à medida que aumentou sua coesão com o território, criou um fluxo de informações e encurtou distâncias entre serviços e cidadãos. As visitas serviram também como estratégia de mobilização para as demais metas do projeto, como a participação em encontros, oficinas, atendimentos psicossociais e reuniões promovidas no âmbito do projeto

AÇÃO 2

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DA FAMÍLIA.

Considerando as expectativas e culturas educacionais da família, e baseados em um guia elaborado pela Equipe Técnica sobre os dados coletados, os articuladores sociais desenvolveram com cada família um projeto de retorno à



escola daqueles membros que abandonaram a educação formal, com base em: interesses, disponibilidade de tempo, ofertas de formação na região, condições de mobilidade, saberes e habilidades já adquiridas. O Plano previa ainda, uma rotina de acompanhamento escolar daqueles membros que já estejam na escola.

AÇÃO 3

VISITA QUINZENAL ÀS ESCOLAS

Outra dimensão do acompanhamento familiar foi a visita quinzenal do Articulador Comunitário à escola para colher informações sobre a frequência, desempenho escolar e relacional dos estudantes atendidos pelo projeto. Uma forte mobilização da equipe do projeto com profissionais dos serviços de assistência foi necessária para realizar uma interlocução efetiva com as escolas. Criou-se, então, uma rotina de estudo de

casos a respeito de situações específicas de alunos que estavam sob risco de evasão escolar, infrequentes e em situação de vulnerabilidade grave. Outro resultado positivo foi a parceria entre o Coletivo da Cidade, escolas e a clínica de acompanhamento psicopedagógico Instituto Ímpar. Muitas crianças expressavam dificuldade de acompanhar o currículo escolar, por diversas razões. Essas crianças foram encaminhadas e atendidas pela clínica parceira, obtendo bons resultados no quadro de desenvolvimento dos alunos. Por outro lado, o diálogo com gestores e com a Coordenação Regional de Ensino da Cidade Estrutural não correspondeu às expectativas, pois os encaminhamentos definidos em reunião não se efetivaram, com prejuízo para o andamento do trabalho em rede. Uma de nossas preocupações era a ausência de participação das escolas nas reuniões da Rede de Proteção Social, ausência que, ao final do projeto, que permanece.

ATENDIMENTO DIÁRIO CONTÍNUO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

AÇÃO 1

ATENDIMENTO CONTÍNUO E DIÁRIO A 200 CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O atendimento das 200 crianças e adolescentes aconteceu no Coletivo da Cidade, no contraturno escolar (matutino e vespertino), com atividades educativas, culturais, recreativas, artísticas e de incentivo ao protagonismo político no território.

A metodologia utilizada para o planejamento e execução das atividades foi o das Rodas de Aprendizagem Coletivas.

A educação popular é norteadora da nossa metodologia que está representada por nossas “Rodas de Aprendizagem Coletiva”, que são espaços de saberes construídos de maneira colaborativa, entre educandos e educadores, protagonizando o ato de ensinar e aprender, mediados pelo mundo em que vivem. Cada roda contempla uma ação e uma perspectiva diferente do processo de aprendizagem por meio de 5 ações/verbos que conjugados nesse fazer cotidiano resultam na formação integral das crianças e adolescentes participantes do processo. Nas rodas de aprendizagem as crianças e adolescentes são estimuladas a: construir e resgatar identidade pessoal e coletiva, conviver, aprender juntas, criar, cuidar umas das outras e participar ativamente da vida comunitária na cidade.

A RODA DO SABER

Nessa roda, o ponto de partida é o que as crianças e adolescentes já trazem consigo de conhecimentos prévios sobre determinado tema e daí avança para que possam investigar o mundo e lidar com os questionamentos que surgem nesse processo de descobertas. Na roda do saber utilizamos ferramentas de aprendizagem (jogos, toda sorte de material literário educativo, filmes, contação de histórias, músicas, etc.) que irão estimular a leitura crítica do mundo e a decodificação do mesmo por meio da linguagem escrita e do universo vocabular das crianças e adolescentes. As construções nas rodas do saber são sempre dialógicas, favorecendo a participação de todos os envolvidos.

A RODA DO CUIDAR

Na roda do cuidar, abordamos o autocuidado, o cuidado com o outro, a cooperação e a cultura da transformação do espaço, a partir de ferramentas de aprendizagem diversificadas como: os jogos cooperativos, dinâmicas de cuidado e percepção do corpo, artesanato, reaproveitamento e reutilização de materiais. Buscamos uma nova relação das crianças e adolescentes consigo mesmas, com as outras e com o território; construindo um novo modelo de relação em sua comunidade, sendo agentes desse processo de socialização e alcançando o desenvolvimento emocional e corporal.

A RODA DO CRIAR

As crianças e adolescentes são estimuladas a trabalhar com os temas escolhidos por elas de maneira criativa e artística, utilizando para tanto a linguagem da música, da fotografia e vídeo, da comunicação popular, das artes cênicas, das artes plásticas, da dança e das brincadeiras e jogos da cultura popular. As atividades que acontecem na roda do criar bordam a cada encontro uma linguagem artística diferente que estimula o potencial imaginativo das crianças e adolescentes a partir de um

determinado tema. As crianças e adolescentes geralmente produzem diversos materiais, como por exemplo: pequenas peças teatrais, paródias, composições de músicas, colagens, esculturas, entre outras. Essa roda favorece a percepção do outro em suas diferenças e na diversidade de suas expressões artísticas, culturais, étnicas, religiosas, físicas e de sexualidade.

A RODA DO CONVIVER

As atividades na roda do conviver proporcionam interação com a comunidade, por meio de intervenções na realidade de forma criativa, estimulando o protagonismo de crianças e adolescentes. Os caminhos de aprendizagem que compõem essa roda são os que propiciam o direito ao exercício da cidadania e o amadurecimento do sentido do território, a reflexão sobre o que é uma cidade educadora.

A RODA DO BRINCAR

As crianças e adolescentes são estimuladas a dedicarem seu tempo ao lazer e a recreação sem maiores conduções/observações de educadores sociais, mas com a participação dos mesmos. Essa roda de aprendizagem perpassa todas as outras, diariamente, e as crianças e adolescentes tem o tempo dedicado exclusivamente a brincar livremente, sem obrigações ou metas pré-estabelecidas. Esse é um momento de desfrutar a infância, a socialização, a relação com o corpo, com o outro e direcionar a energia criativa para a brincadeira, estimulando assim o desenvolvimento de uma infância de qualidade. As atividades brincantes que acontecem nessa roda, são escolhidas e conduzidas junto das crianças e adolescentes, por exemplo: campeonatos de futebol, mini gincanas, queimada, brincadeiras tradicionais da cultura da cidade.

PRINCÍPIOS E VALORES NORTEADORES

Construir o saber investigativo juntos
Não ter medo de fazer perguntas
Encontrar juntos as respostas
Reconhecer os saberes únicos

**RODA
DO SABER**

fetar e ser afetado
Desenvolver habilidades socioemocionais
Protagonizar o autocuidado e o cuidado com o outro e com o lugar no qual se vive
Desenvolver a empatia e solucionar conflitos
Competir menos e cooperar mais
Praticar a amorosidade e a aceitação

**RODA
DO CUIDAR**

Estimular e livre expressão
Experimentar a arte (plásticas, cênicas, música, fotografia, cinema, dança) coletivamente
Resgatar a cultura popular
Valorizar a produção cultural e artística do lugar em que se vive

**RODA
DO CRIAR**

Pertencimento e identidade
Ir além dos muros da educação formal e do espaço físico
Ocupar a cidade
Intervir na realidade
Promover aprendizagens intergeracionais
Partilhar vivências comunitárias
Protagonizar a transformação da cidade

**RODA
DO CONVIVER**

Humanizar as relações pelo ato de brincar
Desfrutar a infância e garantir o brincar como um direito
Perceber o corpo
Explorar o universo brincante
Brincar com prazer

**RODA
DO BRINCAR**



vo da Cidade

ade.org

(61) 3465-6351



PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Paulo Freire traz o protagonismo da contravenção, onde os adolescentes e jovens usam seus acúmulos e vivências para pensar processos de intervenção e temas geradores que contraponham o sistema posto, desconstruindo assim uma lógica de subalternização, indo para uma lógica de autonomia e libertação. Assim, partimos do princípio de que toda criança e adolescente é um agente potencial de transformação social e comunitária e que devemos fomentar mecanismos e criar metodologias que favoreçam a participação política de crianças e adolescentes no âmbito da garantia de direitos.

Para fortalecer essa participação algumas parcerias ao longo de 2018 foram sendo estabelecidas com outras instituições que também atuam na área da infância e com protagonismo juvenil. Essas ações junto às parcerias foram sendo desenvolvidas dentro e fora do território. Paralelo ao processo de participação política, aconteciam na sede do Coletivo da Cidade momentos de preparação para ocupar esses espaços, com auxílio da metodologia das rodas de aprendizagem, que foi criada para facilitar o processo de aprendizagem a partir das demandas das crianças e adolescentes. Abaixo segue a lista detalhada das principais incidências protagonizadas pelas crianças e pelos adolescentes e alguns indicadores que vão ajudar a entender de forma clara e prática como funciona um processo de participação política de crianças e adolescentes.

ATIVIDADE DE COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL E AO TRABALHO INFANTIL

O dia internacional de combate ao trabalho infantil que acontece no dia 12 de junho foi criado pela organização internacional do trabalho (OIT). A data serve para alertar órgãos de estado e a sociedade civil sobre os riscos do trabalho infantil na infância. No mês de junho iniciamos nossa roda do saber conversando com as crianças e adolescentes sobre o que eles entendiam por trabalho infantil e em qual parte da comunidade víamos isso com mais frequência. Os grupos trouxeram várias situações que são recorrentes, desde o trabalho dentro do lixão a trabalhos que acontecem nas feiras da cidade. Em uma pesquisa feita pelas crianças e adolescentes identificamos que os adultos validam o trabalho infantil com a justificativa de que é preferível ver um filho trabalhando do que no tráfico, por exemplo. A partir daí percebemos a importância de abordar a temática dentro do território e com agentes que atuam na área da infância. Pensando nesse processo de intervenção dentro da roda do conviver as crianças e adolescentes pensaram em várias estratégias para levar esse debate para a comunidade. Desde rodas de conversa a intervenções na comunidade e fora dela.

A primeira atividade da qual as crianças e adolescentes participaram aconteceu no parque da cidade e foi articulada pela Secretaria da Criança e pelo Conselho de Direitos de Crianças e Adolescentes. Foi uma manhã de brincadeiras e atividades voltadas para o combate ao trabalho infantil e a exploração sexual de crianças e adolescentes, que é uma bandeira levantada pela instituição todos os anos. Várias escolas e organizações participaram dessa atividade.

Ainda nesse mês o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e o Ministério do Trabalho organizaram uma audiência pública para falar dos avanços e desafios no combate ao trabalho infantil e como o aumento das desigualdades contribuem para que essa violação de direitos aconteça. Para participar da audiência levamos algumas crianças e adolescentes sendo que uma faria uma fala na mesa de abertura. Anna Clara Rodrigues, de 9 anos de idade, dividiu a mesa com a subsecretaria da criança, o subsecretário de direitos humanos, e com o então presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Anna fez uma fala consistente, trazendo a questão da desigualdade social como um fator de impacto para o crescimento do trabalho infantil e falou da falta de políticas públicas sociais dentro do território que dialogassem com a perspectiva de erradicação do trabalho infantil.

INTERVENÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE ESTRUTURAL

Na roda do conviver as crianças e adolescentes elaboraram uma intervenção para fazer na comunidade. Depois de levantar junto a elas várias possibilidades de locais e atividades que podíamos fazer uma incidência, as crianças concluíram que seria interessante fazer algo no local com melhor localização dentro da cidade, a Administração Regional. Com o local definido, precisávamos pensar no que fazer. As crianças e os adolescentes acabaram sugerindo que fizéssemos algo que fosse rápido para que pudéssemos brincar juntos em seguida. Então surgiu a ideia de fazer um desenho na entrada da administração. Apontamos um desafio que era o diálogo com o administrador. Entramos em contato com a administração e depois de muito diálogo eles concordaram em ceder um espaço para que pudéssemos fazer essa intervenção artística. Com o fio lógico pronto, nossos objetivos definidos e com as pessoas que queremos alcançar estabelecidas já pudemos nos preparar para a ação em si. Levamos tinta, pincéis, pipas, e tudo o que pudesse deixar esse dia divertido. No dia as crianças colaram um papel pardo na frente da administração e coloriram o papel com mensagens, frases e desenhos que contavam um pouquinho do que as crianças e os adolescentes aprenderam na roda do saber acerca do trabalho infantil, para conscientizar as pessoas que passavam por ali.

VISITA À EMBAIXADA DE GANA

No dia 22 de julho as crianças do coletivo foram convidadas para conhecer a casa da embaixatriz de Gana. A ideia da visita era proporcionar às crianças e aos adolescentes um intercâmbio entre o país de Gana e a periferia, relacionando os desafios e potenciais desses dois territórios. Foi uma tarde para brincadeiras, contação de histórias e feiras artesanais. Como o Coletivo associa esse processo com ocupação e incidência política? O processo de intercâmbio possibilitou com que as crianças e adolescentes construíssem um processo de pertencimento e identidade relacionadas a uma cultura que se aproxima muito da nossa. A Cidade Estrutural é a cidade mais negra do DF, mas esse sentimento de pertencimento não é muito forte quando existem estímulos para que esse grupo não se identifique enquanto meninos e meninas negras. Trazendo o conceito de roda do saber, e acreditando que para construir uma educação libertária que gera autonomia e protagonismo, se reconhecer dentro de um contexto é o primeiro passo para despertar um desejo de mudança comunitário e político.

CONFERÊNCIA LIVRE CDCA

Em agosto o Conselho de Direitos de Crianças e Adolescentes (CDCA) organizou a primeira Conferência Livre de Crianças e Adolescentes. As conferências livres antecedem as conferências regionais, distritais e a conferência nacional. Seguindo a normativa do CONANDA essa atividade abordou as temáticas das conferências anteriores, que eram educação, saúde, segurança, cultura e mobilidade. Os adolescentes se dividiram em eixos temáticos para discutir a importância desses temas na garantia de direitos para infância. Em seguida os adolescentes pensaram em propostas de incidência e ações que poderiam estruturar as políticas públicas que abordem essas questões. Após as apresentações das propostas aconteceram algumas apresentações culturais e a entrega de certificados dos adolescentes do Comitê Consultivo. Os adolescentes do Comitê Consultivo foram eleitos nas conferências distritais que aconteceram no ano de 2016 e cada adolescente foi eleito para representar um segmento. O comitê é um grupo de 32 adolescentes que tem um caráter formativo, participativo e de monitoramento de políticas públicas para a infância. Cada mandato tem a duração de 2 anos e a partir disso é feita uma nova eleição.

CERIMÔNIA DE POSSE CDCA

No mês seguinte aconteceu a eleição para os novos adolescentes que iam ter uma cadeira no comitê consultivo. Esse ano a eleição aconteceu de uma forma diferente. Não foi por meio de uma conferência, mas as inscrições para os adolescentes que queriam compor o comitê aconteceu pelo site do Conselho de Direitos de Crianças e Adolescentes, mantendo apenas o processo de eleição. As inscrições tiveram baixa adesão por uma gama de fatores. Desde a documentação até a validação dos mesmos. Mas um grupo de adolescentes do Coletivo indicaram que queriam fazer parte do conselho e nos organizamos para auxiliar os adolescentes no processo de inscrição. Hoje o coletivo tem 7 adolescentes que têm uma cadeira cativa dentro do comitê com mandato de 2 anos, vigente a partir do ano de 2019. Após o processo de eleição aconteceu a cerimônia de posse dos adolescentes que aconteceu em setembro na sede da secretaria da criança.

CONFERÊNCIA LIVRE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No dia 20 de outubro, o Coletivo da Cidade organizou a 1ª Conferência Livre de Crianças e Adolescentes na cidade Estrutural - DF. A atividade aconteceu no Centro de Orientação SocioEducativa (Cose) e recebeu 52 pessoas, sendo 16 adolescentes vindos do Centro Salesiano (Cesam), 9 adolescentes e 2 crianças do Coletivo da Cidade, 5 adolescentes vindos do Monitoramento Jovem de políticas Públicas (MJPOP) e 5 adolescentes do Centro de Orientação (Cose) e 15 representantes da sociedade civil e do poder público.

Para facilitar as discussões havia perguntas preparadas que tinham o intuito de orientar o diálogo dos grupos e apresentar um pouco da temática central do documento orientador do Conselho Nacional. Depois do tempo que os grupos tiveram para as discussões, foram escolhidas propostas de intervenção para garantir uma proteção integral de crianças em todos os aspectos de sua vida, um alcance maior dos diversos grupos e seus segmentos. As propostas eram:

Mobilidade:

- Garantir o transporte para crianças e adolescentes em todo o seu processo de formação, não limitando a circulação dos estudantes dentro do horário escolar;
- Ampliar processos de formação em direitos na área de mobilidade, com foco em crianças e adolescentes;
- Ampliação da participação popular na decisão sobre mobilidade urbana no DF, incluindo representantes como crianças e adolescentes.

Educação:

O grupo de educação apontou alguns direcionamentos de como deveria ser o contexto escolar.

- A escola tem que se preocupar menos com conteúdo e se preocupar mais com formação;
- Escola e família têm que estar juntas;
- A escola tem que se adaptar às diferenças;
- Pensar em uma educação que acolha todas as questões referentes a adolescência;
- Mais atenção qualificada aos adolescentes que não conseguem se manter dentro da escola. "Os adolescentes desistem e são esquecidos."

Saúde:

- Metodologias mais lúdicas e atraentes;
- Encontros regulares de adolescentes para falar sobre a temática, com espaço para escuta e troca;
- Articulação dos adolescentes com a comunidade para entender melhor as demandas relacionadas a saúde da juventude;
- Melhoria da comunicação;
- Melhoria da infraestrutura e do saneamento no território.

Cultura:

- Transporte de qualidade com preço acessível para ter acesso a cultura;
- Mais diversidade nos equipamentos de lazer;
- Fomentar uma conscientização acerca do respeito à pluralidade cultural dos adolescentes.

RODA DE CONVERSA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Antes da nossa conferência livre se concretizar, fizemos algumas atividades de preparação para as crianças e para os adolescentes. Essa preparação durou um mês e trabalhou o tema orientador do CONANDA, que foi “ Proteção Integral, Diversidade, e Enfrentamento das Violências”

Para facilitar o entendimento dessa temática muito genérica, abordamos proteção integral, diversidade e enfrentamento das violências dentro de temas que são mais assertivos, como educação e saúde por exemplo. Esses temas e mais alguns deram elementos para dois meses de atividades e discussões. Educação foi um tema que demandou mais tempo por ser algo comum para todos. Dentro das discussões, surgiu a proposta de levar esses debates para a escola. Então planejamos junto com os adolescentes como seria esse processo. Eles pensaram numa roda de conversa com alunos e professores. Então entramos em contato com a escola, e marcamos um dia em que a escola poderia nos receber. Chegou o dia da roda de conversa. Não conseguimos garantir a participação dos professores, mas a coordenadora da escola conseguiu participar junto aos representantes de turma. Ao chegar na escola, uma adolescente foi barrada porque não estava com uma roupa “apropriada” para a escola. Tivemos que mediar a participação dessa adolescente. Antes de começarmos o que havíamos planejado trouxemos essa reflexão, das barreiras que a educação formal coloca para a não-permanência dos alunos na escola, e o quanto essas barreiras são excludentes. Esse debate foi levando a outros debates. Os alunos falaram dos conflitos presentes na escola, da falta de diálogo com os professores, sobre a estrutura da escola e que às vezes faltam materiais esportivos e coisas do gênero, sobre o lanche da escola que os adolescentes avaliam como ruim, e outras situações. A coordenadora trouxe falas sobre os alunos, em relação a disciplina e ao comportamento, e fez um link desse comportamento com falta de interesse. Avaliamos que não foi uma conversa fácil, porque tocou em assuntos dos quais a coordenadora não estava preparada. Havíamos agendado uma conversa para a tarde também, mas surgiu outra programação e a escola não ia poder nos receber. Por que será?

A ESCOLA QUE QUEREMOS FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

Em 2018 o Fundo das Nações Unidas para a Infância e para a Adolescência (Unicef), junto com a secretaria de educação e a secretaria da criança, organizaram um dia de atividades para levantar com os adolescentes do Coletivo da Cidade, do comitê consultivo, e de escolas públicas do DF, qual é o modelo de escola ideal. No decorrer do ano, a secretaria de educação fez esse debate com várias escolas. Esse evento foi a culminância dos debates que aconteceram anteriormente nas escolas. A ideia do dia era ampliar as discussões alinhando o entendimento dos alunos sobre a escola ideal a partir do hip hop, do teatro, da dança e do grafite. O primeiro momento do dia foi de discussões para apresentar o que foi levantado nas outras escolas, para que os alunos pudessem escolher prioridades. No segundo momento os alunos participaram de atividades mais lúdicas em formato de oficinas. A ideia de cada oficina era apresentar fundamentos básicos e preparar uma intervenção para apresentar o que os grupos conseguiram discutir. Esse dia foi importante por conta do intercâmbio de experiências, e porque os adolescentes se depararam com realidades escolares distintas em algumas questões mas muito parecidas em outras.

OFICINA JUVENTUDES E ORÇAMENTO

Centro de Estudos Socioeconômicos (Inesc) organizou em novembro uma oficina sobre juventudes e orçamento, que teve a participação dos adolescentes do Coletivo que compõem o Comitê Consultivo e adolescentes e jovens de outras instituições para falar sobre orçamento público e qual o impacto que a tomada de decisão sobre o orçamento tem sobre a juventude. Começamos a atividade entendendo o conceito de orçamento e como isso surge. Falamos um pouco sobre orçamento direto que se dá por meio do imposto de renda e outros impostos similares e falamos um pouco sobre os impostos indiretos, que é uma contribuição feita a partir das coisas que compramos. Nesse processo de discutir orçamento os adolescentes trouxeram questionamentos de como todo esse recurso é gasto pelo governo, então fizemos uma dinâmica onde cada adolescente seria representante de um movimento ou de uma empresa, e esse grupo de adolescentes teria um valor determinado para investir na sua área de interesse. Durante essa dinâmica os adolescentes trouxeram muito a defesa sobre suas prioridades e porque deveríamos investir mais em uma política do que em outras. Nessas discussões surgiram temas como desigualdade, manutenção do racismo, privilégios e uma série de outras problemáticas que influenciam na hora de pensar os planos orçamentários. Porque tem mais investimento público para determinadas pessoas do que para outras? Questões como essa foram surgindo. Depois que os adolescentes chegaram a uma conclusão acerca das prioridades, eles apresentaram os resultados e fomos falar de processos e termos mais objetivos, tais como Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e outros processos de decisão. Falamos um pouco sobre quem pautava esse orçamento e como transformá-lo num trabalho mais transparente e participativo.



MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Em novembro, a temática do mês foi consciência negra. O Coletivo da Cidade fez uma parceria com o Instituto de Mulheres pela Equidade (AME) que é um instituto de abrangência nacional que atua em temáticas transversais, mas principalmente em pautas que são voltadas às mulheres negras. A proposta foi: duas rodas de conversa com adolescentes e jovens, um cine debate, e um sarau dentro da roda do conviver para encerrar em novembro os diálogos sobre consciência negra. A primeira atividade que desenvolvemos foi a roda de conversa sobre autocuidado e afeto. A ideia da roda era falar sobre identidade negra, autocuidado e como vivenciamos o afeto num contexto de periferia.

O segundo momento dentro da pauta racial foi o cinedebate, com o filme Branco Sai, Preto Fica. O filme conta a história de dois jovens que foram baleados pela polícia num baile de black music em Brasília, onde a polícia chegou pedindo para que os jovens negros ficassem e os brancos saíssem, sinalizando uma retaliação para o grupo de cor. Os adolescentes assistiram ao filme e depois conversamos um pouco para saber se os adolescentes se identificavam com as cenas do filme e o que tinha de parecido com a nossa realidade. Os adolescentes relataram situações de violência policial recorrentes dentro do território, principalmente com os meninos. A facilitadora trouxe um termo que os adolescentes ainda não conheciam, que é o conceito de racismo institucional, construído para que um sistema violento e mate um grupo étnico racial.

No dia 24 de novembro, as atividades desenvolvidas pelo coletivo da cidade dentro das rodas de aprendizagem e as atividades do instituto AME culminaram em um grande sarau para a comunidade, onde demos uma devolutiva para a comunidade do que as crianças e adolescentes haviam aprendido e discutido no mês de novembro e os debates que tivemos junto com o instituto ao longo do mês. Para além dessa apresentação foi um dia de festa pensado pelos adolescentes. Tivemos carrinhos de foodtruck, apresentações culturais, rodas de capoeiras, oficinas de abayomi e turbante, e aulas de charme e debates.

Durante um mês as crianças e adolescentes passaram por um processo intenso de resgate da ancestralidade e de construção de identidade. Falamos de violência policial, racismo, afeto, lei áurea, machismo no contexto racial e várias outras pautas referentes ao tema. Tudo isso para esse dia. O sarau nós por nós para além de uma celebração, foi uma ação de incidência política. As rodas de capoeira, os debates e as oficinas, foram uma sinalização simbólica da periferia e do Coletivo dizendo que seguimos resistindo, seguimos transformando nossas realidades, seguimos ressignificando a periferia. As crianças e adolescentes encerram esse mês com a memória de que o povo negro é filosofia urbana e ancestral, é rap, é hip hop, cultura, cabelo, capoeira, é fé, mitologia, é tribo, é eu sou porque nós somos.

Em dezembro, os adolescentes que fazem parte do Comitê Consultivo tiveram a oportunidade de conhecer a casa da ONU sediada em Brasília. O objetivo da visita foi conhecer a casa e qual o papel da organização a nível mundial, e para entender um pouco mais sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essas metas foram estabelecidas logo após o cumprimento dos objetivos do milênio, e firmam em 16 objetivos um compromisso dos países com melhorias relacionadas ao ambiente da educação, indo até iniciativas mais sustentáveis de desenvolvimento. Os adolescentes abordaram de forma mais profunda as metas relacionadas à educação sobre as quais tinham mais afinidade para falar. Em seguida os representantes da ONU, trouxeram uma reflexão: como vocês enquanto adolescentes podem contribuir com o cumprimento das metas? Quais são as iniciativas dentro e fora da escola? Como garantir educação universal de qualidade até 2030? Os adolescentes finalizaram a visita à casa com essas reflexões para que o grupo de adolescentes do comitê consultivo pensassem juntos as respostas dessas perguntas em 2019.

AÇÃO 2
ALIMENTAÇÃO DIÁRIA OFERECIDA
A 200 CRIANÇAS E ADOLESCENTES
PARTICIPANTES DO PROJETO, NO
ESPAÇO DO COLETIVO DA CIDADE.

Foram servidos café da manhã e o almoço no período matutino, e o lanche da tarde e o jantar foram servidos no período vespertino. Consideramos esse serviço como parte do direito à segurança alimentar e nutricional e que é de extrema importância para as famílias do território.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), em risco de descontinuidade, define segurança alimentar como a garantia de que as famílias tenham acesso físico e econômico regular e permanente a um conjunto básico de alimentos em quantidade e qualidade significativas para atender aos requerimentos nutricionais. De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

há insegurança alimentar e nutricional sempre que se produz alimentos sem respeito ao meio ambiente, com uso de agrotóxicos que afetam a saúde de trabalhadores/as e consumidores/as, sem respeito ao princípio da precaução, ou, ainda, quando há ações, incluindo publicidade, que conduzem ao consumo de alimentos que fazem mal à saúde ou que induzem ao distanciamento de hábitos tradicionais de alimentação.

Refletindo acerca do território como nos propomos, a segurança alimentar inclui a relação do campo e da cidade, a garantia da função socioambiental da terra, o fortalecimento de formas sustentáveis de produção, como a agroecologia, a garantia de acesso à renda e ações com abordagem de gênero e que considerem as especificidades de cada indivíduo e de cada grupo, entre outros. As crianças e adolescentes que frequentam o Coletivo da Cidade possuem um vínculo afetivo com os

alimentos, elas nos contam de quando foram pescar, das histórias de suas avós cozinhando na folha de bananeira. Mas a maioria possui um acesso à diversidade de nutrientes bastante reduzida, marcada por uma alimentação industrializada, por vezes desconhecem os legumes e as verduras que as cozinheiras preparam, mas muitos experimentam e passam a consumir graças ao incentivo da equipe de educadores. I, mini gincanas, queimada, brincadeiras tradicionais da cultura da cidade.









BALANÇO

Conforme demonstramos, a Cidade Estrutural possui uma grande participação de crianças e adolescentes entre a população local. Esse é um ponto que merece destaque e nos convida a refletir sobre a importância da realização de um estudo no território dessa natureza, nesse momento de vida e desenvolvimento dessas crianças e adolescentes. Isso porque, segundo pesquisa produzida pela Plataforma de Centros Urbanos da UNICEF, em sua edição 2013-2016; demonstra-se que cada etapa do desenvolvimento tem demandas específicas e todos os ciclos de vida são absolutamente complementares; e ainda que a garantia de condições adequadas ao desenvolvimento infantil é realmente decisiva no desenvolvimento humano. Porém essa não é a única fase relevante e frequentemente a adolescência não é enxergada como uma prioridade. Sendo assim, a reflexão que se faz é sobre a necessidade de investimentos na segunda infância e adolescência; garantindo políticas públicas que contribuam com o desenvolvimento pleno, sendo capazes de romper com ciclos de pobreza e iniquidade.

A experiência realizada na Cidade Estrutural nos convida a refletir sobre um contexto mais amplo, ainda citando dados oriundos da UNICEF, já que o Brasil é um país jovem, sendo que 30% dos seus 191 milhões de habitantes têm menos de 18 anos e 11% da população possui entre 12 e 17 anos, o que significa uma população de mais de 21 milhões de

adolescentes. Esses dados nos colocam diante de um cenário que demonstra o quanto é essencial se pensar estrategicamente em meios de atender às necessidades específicas desses grupos etários, por meio de políticas públicas efetivas e espaços legítimos de estímulo à participação e ao protagonismo.

A pesquisa realizada pelo Coletivo da Cidade reforça o que documentos nacionais elaborados no âmbito da reflexão acerca da evasão e exclusão escolar já demonstram: mais uma vez, as situações de evasão e exclusão escolar afetam principalmente meninos e meninas vindos das camadas mais vulneráveis da população, já privados de outros direitos constitucionais. As estratégias adotadas pelo Coletivo da Cidade como tentativa de compreender melhor os contextos para então trabalhar para a reversão desse cenário foi a implementação das ações de busca ativa e fortalecimento da relação por meio da aproximação e da vinculação com as famílias.

No contexto em que vivemos, onde direitos conquistados estão constantemente ameaçados, se não há uma articulação intersetorial de políticas e ações afirmativas, aumenta-se assim a invisibilidade dessas populações. Por fim, o relatório da UNICEF complementa ainda essa reflexão demonstrando que essas oportunidades são ainda mais escassas quando se leva em consideração outras dimensões da iniquidade além da idade, como renda, condição pessoal, local de moradia, gênero, raça ou etnia. Esse momento inicial de aprofundamento sobre o público central dessa pesquisa nos leva a conclusão de que o primeiro desafio apresentado no contexto do território da Estrutural está intimamente relacionado com o ser criança e adolescente propriamente, num espaço de vulnerabilidades tão estruturantes onde esse direito primordial é frequentemente negado.

A infância e a adolescência ali são também, uma experiência de resistência, o que significa construir alternativas contra-

hegemônicas como formas de responder a esses contextos excludentes, mostrando que é possível viabilizar espaços e projetos que se contraponham à severa realidade que está posta, gerando incidência a partir de atuações organizadas rumo à possibilidade de acessar efetivamente uma educação de qualidade.

Nesse sentido, as escolas de Estrutural, conforme já mencionamos na pesquisa, enfrentam desafios que dificultam que esse tipo de acompanhamento. A precarização das escolas já mencionada, se expressa na falta de equipe técnica e professores suficientes, na intensa demanda vivenciada nas escolas por grupos de professores que lidam cotidianamente com situações extenuantes que geram adoecimento, e todos esses fatores influenciam no cenário atual das escolas do território, que, em resumo, não apresentam uma estrutura que condiz com os desafios que estão postos para a sua atuação.

Durante a execução desse projeto e realização da pesquisa, a equipe do Coletivo da Cidade conseguiu viabilizar parcerias que disponibilizaram avaliação e atendimento psicopedagógico gratuito (por meio do Instituto Ímpar) às crianças e adolescentes identificadas com dificuldades/desafios na aprendizagem e no desenvolvimento escolar dentro desse contexto mencionado. Essa avaliação e atendimento buscou uma atuação orientada que permitisse:

| Compreender melhor o processo de ensino-aprendizagem a fim de introduzir as ajudas sobre o que, como e quando ensinar, ajustando uma resposta educacional às necessidades avaliadas;

| Planejar atuações multidisciplinares por meio de estudos de caso em rede e de planejamentos coletivos nas escolas do território; envolvendo equipe docente das escolas do território, especialistas em pedagogia terapêutica ou psicopedagogia trabalhando junto com equipe técnica e articuladores comunitários do projeto;

| **Levantar hipóteses fundamentadas nas análises e na interpretação das informações sobre as crianças e adolescentes e planejar atuações respondendo de forma personalizada às necessidades específicas das crianças e adolescentes e de suas famílias por meio de Planos de Desenvolvimento Escolar focados na superação dos desafios e ampliação do desenvolvimento;**

| **Estabelecer coletivamente um processo de acompanhamento para realizar ajustes conforme evolução em cada caso.**

O trabalho assim realizado ainda foi potencializado pela parceria com o Projeto Saúde Integral, da Universidade de Brasília, que reúne estudantes e professores de diversas áreas numa perspectiva de promoção de saúde de maneira integrada. Os atendimentos fortalecem a comunidade pela promoção

e acesso a práticas que melhoram a qualidade de vida e permitem um desenvolvimento plural, além de promover experiências que geram autonomia pela aquisição de conhecimento. Realizaram-se, ademais, acompanhamento mais próximo em casos específicos e encaminhamentos clínicos, descentralizando a rede de cuidados. Tudo isso gerou impactos positivos no desenvolvimento ampliado, como realização dos objetivos do projeto.

O Coletivo da Cidade reforça com esse estudo, a necessidade da organização e mobilização para a garantia de uma educação de qualidade, na forma da lei, conforme está prevista na Constituição Federal em seus Art. 205 e 206, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, com base nas condições de igualdade de acesso e permanência; na liberdade de

aprender e ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, com gestão democrática e garantia de padrão de qualidade.



PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO LADO DE CÁ

Dentro do Coletivo, as crianças menores nos surpreenderam na hora de pensar as intervenções para os desafios. O potencial criativo da infância e a imaginação abriu um leque para inúmeras possibilidades de coisas que poderíamos fazer para transformar o contexto da comunidade. O amadurecimento dos adolescentes que fazem parte do Comitê Consultivo salta aos nossos olhos, politicamente falando e socialmente também. 2019 é ano de Conferência Nacional, de muita formação e muito crescimento. Do lado de cá seguimos confiando no potencial criativo e transformador das crianças e dos adolescentes. Incidindo em conjunto, construindo autonomia, e fortalecendo o protagonismo de crianças e adolescentes em espaços de decisão, para construir uma sociedade mais justa e democrática não só para a infância, mas para todas e todos.

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS E DAS CIDADES

Durante os últimos meses de execução do projeto Cidade Educadora, um dos centros de ensino com os quais desenvolvemos parceria – e mais quatro em todo DF – passou a ter a gestão compartilhada com a Polícia Militar do Distrito Federal. Tal ação está inserida em uma proposta política do atual Governo do Distrito Federal, a de militarização das escolas, com a justificativa de aumentar a segurança pública nos territórios considerados “mais violentos”.

Logo em seu primeiro mês a gestão apagou alguns grafites na fachada externa da escola. Onde antes havia uma arte composta por desenhos de crianças cadeirantes, e/ou com alguma aparência fora do padrão esperado, se tornou um muro branco com o nome “Colégio da Polícia Militar”. O outro mural apagado foi o que tinha o rosto do ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela – ícone da luta pela igualdade racial. Após a má repercussão e mobilização da comunidade, a gestão decidiu refazer a imagem. Quando Mandela falou que a “educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”, ele não estava falando da educação através da arma. Mas ao lado da imagem de Mandela no muro da escola foi escrita uma frase atribuída à Pitágoras, “Educai as crianças e não será preciso castigar os homens”.

É com essa ameaça que as crianças e adolescentes entram nas escolas militarizadas, uma visão de educação que visa punir os que não se adaptam, os que não cumprirem regras de comportamento e vestimentas da cultura militar. Encontramos ali uma política educacional que repreende outras formas de saber e de aprender, que ensina a submissão e não o protagonismo. É nesse contexto que fazemos o balanço sobre a educação territorializada, sobre o que aprendemos com o projeto de Cidade Educadora.

Ao pensar, como nos propusemos, com o conceito de território – um território perpassado por ações socioespaciais em níveis micro e macro – entendemos que a militarização das escolas integra um projeto político de sociedade que interessa a poucos e que não tem apreço pela formação de sujeitos críticos e pelos princípios de uma escola democrática.

Conforme expusemos, durante a experiência do projeto pudemos conhecer melhor as dificuldades que existem para uma educação de qualidade, para o envolvimento da família e para que os serviços públicos sejam mais abertos a ouvir e acolher as demandas da comunidade local. Vimos mães sobrecarregadas e adoecidas, sem rede de apoio, sem acesso a serviços de saúde específicos e sem perspectiva de um emprego digno. Ao mesmo tempo vemos a desvalorização do salário mínimo, dos programas de transferência de renda, o desmonte da política de saúde mental, da intersectorialidade de gênero e raça, dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Se de um lado vimos a gravidez na adolescência afastando as mulheres da escolarização, histórias frequentes de abuso sexual sofrido, de racismo e bullying na escola, também assistimos a perseguição aos conteúdos e metodologias mais inclusivas, que tratam de

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente”.

Paulo Freire

sexualidades, de diversidade, de opressão de gênero e raça, que tantas vezes compõem os motivos da evasão escolar e o baixo desempenho. Se encontramos escolas com pouca infraestrutura, com quadro de profissionais insuficientes e adoecidos, por outro lado, nas ações governamentais vimos a contingência dos gastos com educação, a priorização dos investimentos da educação privada e o aumento da contribuição dos trabalhadores à política de previdência. Enquanto encontramos vulnerabilidades ligadas à exploração do trabalho infantil, à insegurança alimentar e às precárias condições de moradia, assistimos também a um processo de propaganda de distorção sobre o que é o trabalho infantil, sobre o que são os direitos e deveres de crianças e adolescentes, vemos ainda a ameaça ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, a liberação de uso de dezenas de agrotóxicos e a criminalização dos grupos que pensam a moradia, a terra, o campo e a cidade como um direito de todos.

A ideia de uma cidade apartada, onde predomina a lógica militar nos bairros pobres e a lógica do condomínio nos bairros ricos, é o oposto do que sonhamos. O Coletivo da Cidade, diante de sua experiência e expertise acumulada ao longo desses anos de atuação intensa junto à comunidade, rejeita qualquer tipo de construção elaborada a partir de perspectivas fatalistas, sem participação da comunidade, de lógica impositiva ou autoritária que seja apresentada como forma de resolução ou reversão dos cenários explicitados nesse estudo. Assim como uma cidade educadora, uma cidade segura e protetora também se constrói através do diálogo, da formação e da articulação da comunidade.



RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

ESCOLA

Construir um fluxo de acolhimento para a solução dos desafios da educação na comunidade

Realizar avaliação e o acompanhamento psicopedagógico

Maior valorização dos professores

SAÚDE

Fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE)

Maior investimento no Posto de Saúde

Construção de hospital no território

AUSÊNCIA DE RENDA

Fortalecimentos dos programas de transferência de rendas

Fomento e incentivo ao microempreendedorismo e economia solidária no território (fábrica social)

Maior investimento e divulgação das atividades e oportunidades do IFB

Aumento de turmas de ensino para jovens e adultos e cursos profissionalizantes

ABUSO SEXUAL E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Implementação do Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência (PAV) (SCIA-Estrutural)

Estabelecimento de fluxos de atendimento pela rede

Fortalecimento dos espaços de articulação intersetorial (reunião de rede e estudo de caso)

Campanhas e ações preventivas realizadas através da rede social da Cidade Estrutural

Articulação com a delegacia de proteção de crianças e adolescentes

Implementação de núcleo de atendimento à mulher, com apoio psicológico e articulado com os serviços de saúde, educação, assistência social, segurança e justiça, com objetivo de romper ciclos de violência e gerar autonomia e empoderamento entre mulheres no território

Estabelecimento de fluxos de atendimento pela rede

Fortalecimento dos espaços de articulação intersetorial (reunião de rede e estudo de caso)

NEGLIGÊNCIA

Fortalecimento das equipes de Saúde da Família e agentes comunitários

Estabelecimento de fluxos de atendimento pela Rede de Proteção Integral (intra- e extraterritorial) e formação continuada para os servidores

Fortalecimento dos espaços de articulação intersetorial (reunião de Rede e estudo de caso)

INSEGURANÇA ALIMENTAR

Fomento à produção familiar de alimentos

Fortalecimento da feira local

Campanhas de prevenção da desnutrição, realizadas através da rede social da estrutural.

Fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

DEFASAGEM/ EVASÃO ESCOLAR

Construir mais escolas no território

Ampliar debate sobre questões

Fortalecer o Conselho Escolar

Aumento de investimentos e de divulgação do IFB

Aumento de turmas de EJA com turmas matutinas e vespertinas

Ampliação das equipes de educadores e técnicos nas escolas da cidade

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Fortalecer o Conselho Escolar

Aumento do número de salas de apoio, contratação de profissionais especializados na área psicopedagógica e da pessoa com deficiência

Fortalecimento de práticas de matriciamento e contrarreferência entre serviço básico e secundários de saúde (PSF/COMPP e CAPSi)

SAÚDE MENTAL

Implementação de terapia comunitária no território

Implementação do CAPS I (SCIA- Estrutural)

Fortalecimento de práticas de matriciamento e contrarreferência entre serviço básico e secundários de saúde (PSF/CAPSII Riacho Fundo e CAPSad Guará II)

Fomento a práticas integrativas nas Unidades Básicas de Saúde e nas escolas

Criação de espaços de convivência familiar/comunitária não institucionais

Estabelecimento de fluxos de atendimento pela rede

Fortalecimento dos espaços de articulação intersetorial (reunião de rede e estudo de caso)

Investimento em áreas de lazer e atividades culturais no território

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

AMEAÇA À VIDA/FAMILIAR EM SISTEMA PRISIONAL

Fortalecimento do PROVID/PMDF

Aproximação com a Promotoria de Justiça e Defensoria Pública

Estabelecimento de fluxos de atendimento pela rede

Fortalecimento dos espaços de articulação intersetorial (reunião de rede e estudo de caso)

SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL

Criação de creches públicas no território

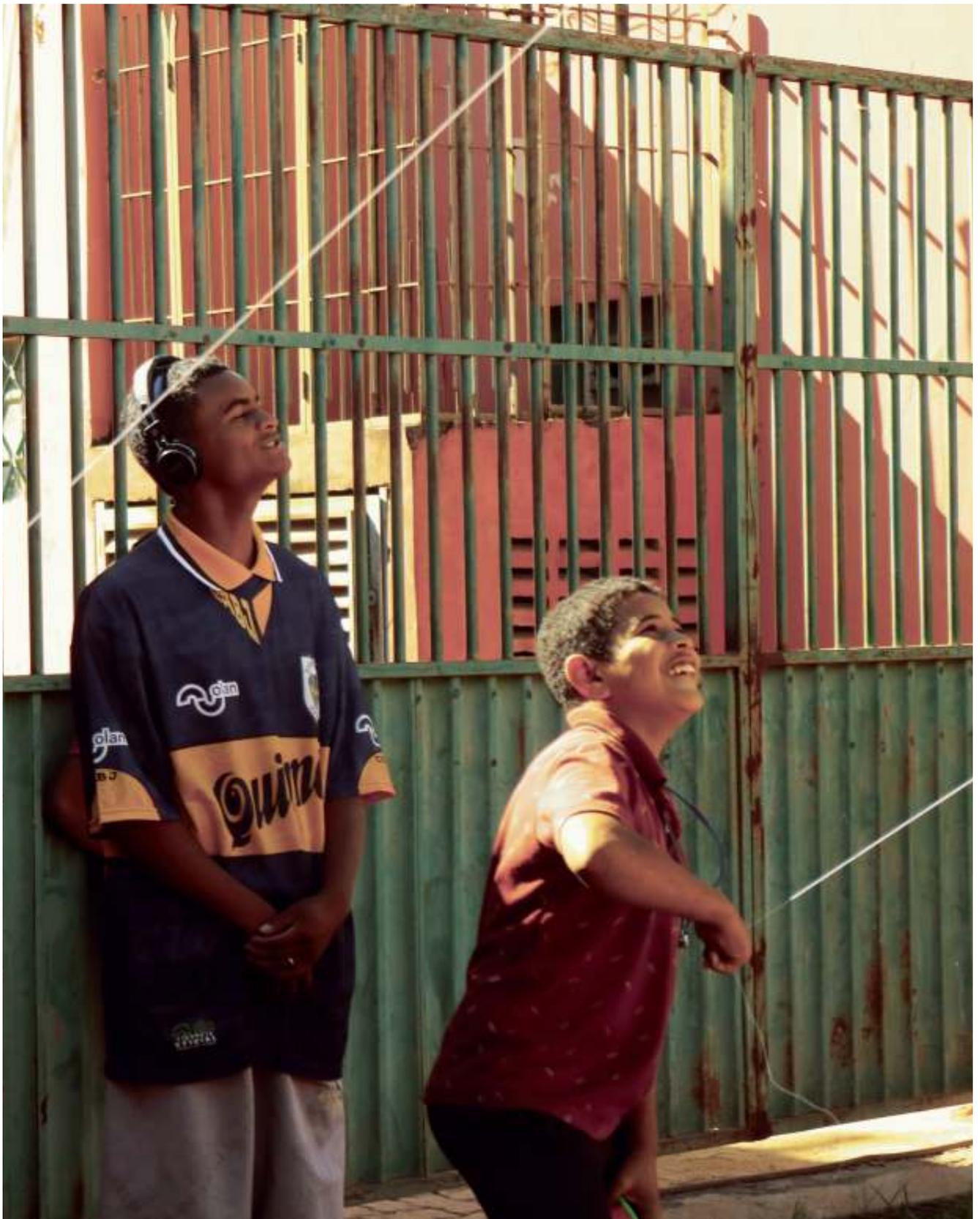
Restauração de espaços e atividades de lazer para crianças e adolescentes no território

Fortalecimento e ampliação dos Serviço de Convivência Familiar e Fortalecimento de Vínculos

Estabelecimento de fluxos de atendimento pela rede

Campanhas e ações preventivas realizadas através da rede social da Estrutural

Fortalecimento dos espaços de articulação intersetorial (reunião de rede e estudo de caso)



CONCLUINDO

Percebemos, pela atuação que o Coletivo da Cidade já desenvolve no território ao longo desses anos, que a partir de intervenções e atividades práticas, as crianças e adolescentes, que são o público alvo deste estudo, refletem sobre os diferentes sentidos do lugar em que vivem, e com isso, muitas questões estão se transformando dentro desses sujeitos e também na cidade.

Uma dessas transformações perceptíveis é de como esse protagonismo é capaz de restaurar um déficit de sentido presente na cultura do capitalismo, onde nada é em longo prazo. Sabemos que isso gera consequências individuais e coletivas que afetam a dinâmica das relações na cidade e, conseqüentemente, a dinâmica dos processos educativos que nela acontecem. Segundo essa experiência, é possível pensar que em última instância, a falta de planejamento de ações a longo prazo tendo as crianças e adolescente como foco acaba com a possibilidade de construção de laços de confiança, compromisso mútuo e coesão.

Assim, um dos desafios que a educação no território nos apresenta é o de dissipar a tensão gerada por essa carência de sentido, quer nos processos pedagógicos e nos vínculos de ensino-aprendizagem, quer nos processos políticos e institucionais. Quando os comportamentos assim afetados se reproduzem em outras esferas da vida social, como a família ou os círculos de manifestação política do cidadão, as tensões e contradições são muito significativas. A execução e continuidade de um projeto de cidade educadora, protegida, protetora e sustentável exigem cada vez mais um grande sentido de responsabilidade e de solidariedade coletiva, que exige a tomada de decisões com visão de futuro.

O projeto Cidade Educadora permitiu a união de esforços entre diferentes entidades do governo e da sociedade civil, com um objetivo comum e de médio prazo, que é a busca de soluções para alguns dos desafios e problemas enfrentados pelas crianças e adolescentes no território. Mas há, ainda, um outro objetivo, mais amplo, que é o de viver de fato a cidade que desejamos, construindo coletivamente esse projeto a cada dia em pequenas e grandes intervenções, num resgate de sentido, numa valorização da construção coletiva pela visão da infância e da adolescência na periferia.

Outra transformação importante é a que se funda no entendimento do valor da partilha e do valor da convivência na diversidade e da potência revolucionária que esse entendimento traz consigo. Imagine como é poderoso o entendimento entre as diferenças, entre os diversos atores sociais que compõem o território e a possibilidade de construir um outro presente juntos. Isso é revolucionário. Crianças e adolescentes e adultos, de diferente idades, convivendo juntas, ocupando a cidade, partilhando sonhos em comum e também sonhos diferentes, vivendo a diversidade e se engajando juntas, espalhando seu protagonismo. Isso é capaz de gerar novos sujeitos, novos itinerários e confere a todos os envolvidos o potencial de agentes de transformação.

A aproximação desses sujeitos sociais, e entre estes, os grupos infantis e juvenis, para realizar novos pactos educativos, pensando a cidade em seu conjunto com ações que envolvam a aproximação de diferentes instituições, o uso dos espaços urbanos, a disponibilização de tempo para as novas gerações e a afirmação de novos horizontes e compromissos comuns, são condições para converter a cidade em cenário educativo.

Nessa perspectiva, todos os que convivem na cidade, convertem-se em educadores. Aqui ressalta-se também a perspectiva freireana, em sua narrativa sobre o processo de educação libertadora que se estabelece no lugar em que se vive, na relação onde todos os envolvidos ensinam e aprendem, na medida em que se aproximam, que vivem juntos. Uma célebre narrativa que merece ser repetida nesse contexto:

Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo. [...] É através deste que se opera a superação de que resulta um termo novo: não mais educador do educando, mas educador-educando com educando-educador. [...] Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os "argumentos de autoridade" já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. [...] Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. (FREIRE, em PEDAGOGIA DO OPRIMIDO, 1987, p.39)

Como horizonte deste estudo, espera-se que tal metodologia, uma vez construída e implementada e desenvolvida com êxito, ocupe novos círculos de formação; seja adaptada e replicada em espaços e protagonismos e de educação em direitos humanos, visando a formação para a promoção e o acesso a direitos por meio de ações e aprendizagens conscientes, trabalhando de forma a integrar diferentes áreas do conhecimento e diversos talentos e potencialidades presentes na comunidade com vistas à multiplicação dessas ações de maneira planejada e organizada, gerando impacto social nos contextos em que essa atuação seja desenvolvida. Nesse horizonte de perspectivas, nossa expectativa é de que essa experiência seja capaz de envolver, de maneira processual e contínua, diferentes atores e vozes dos diversos territórios, físicos e espirituais, presentes nessa empreitada.

Que essa experiência contribua verdadeiramente com a noção de pertencimento desses sujeitos sociais e com a noção da vivência de um território educador e de múltiplas aprendizagens; no qual, cada sujeito, ente e entidade compreenda-se parte, entendendo e desenvolvendo seu papel na cidade, contribuindo com elementos fundamentais para que a intencionalidade política desse trabalho seja real. E para além disso, espera-se que esse projeto viabilize a construção e a convivência na diversidade, a superação das vulnerabilidades aqui descritas e aprofundadas, trazendo enfrentamento de questões importantes apontadas pela pesquisa e desconstruindo estruturas de violação e negligência, gerando movimento, revigorando constantemente o processo à medida que se reflete sobre ele.

Desejamos que essa experiência do Projeto Cidade Educadora seja uma reflexão viva sobre o valor da construção de um espaço educador, que promova uma educação emancipadora, e que a Cidade Estrutural seja o próprio espaço da dialogicidade, da transformação, da comunhão ampliada e do sonho tornando-se verdade.

Não há neste relato uma visão romântica ou ingênua sobre os percalços e barreiras que podem se interpor ao longo dessa experiência; sabemos que os desafios são concretos nessa árdua trajetória em busca de práticas transformadoras como caminho de libertação e de construção de novas possibilidades. Mas, que a despeito desses desafios, permaneça um sério compromisso com outro modelo de sociedade e de educação. E que seja ele nosso alvo; e que nesse caminho as crianças e adolescentes sejam os sujeitos que sempre nos apontem para o horizonte onde desejam chegar juntos, para que de fato possamos avançar em direção a outra sociedade possível - mais justa, mais amorosa, mais igualitária, mais cheia de boniteza - porque a educação na cidadania não pode se dar fora disso.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública*. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CODEPLAN. Pesquisa distrital por amostra de domicílio: SCIA-Estrutural. Brasília, DF: 2016

COLETIVO DA CIDADE. *Plano de ação*. Documento interno não publicado. Março de 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Currículo em Movimento do Distrito Federal - Ensino Fundamental Anos Iniciais- Anos Finais*. 2ª edição. Brasília, 2018.

HARVEY, David. Utopias dialécticas. In: *Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE). Educação e Vida Urbana: 20 anos de cidades educadoras*. 2008, p. 43-49. Disponível em: <https://issuu.com/educatingcities/docs/livro_20_anos_cidades_educadoras_pt>

MELLO, Roseli Rodrigues; et al. *Comunidades de Aprendizagem: uma proposta de extensão universitária*. UFSCAR, sem data. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/educacao/157051-comunidades-de-aprendizagem.html>.

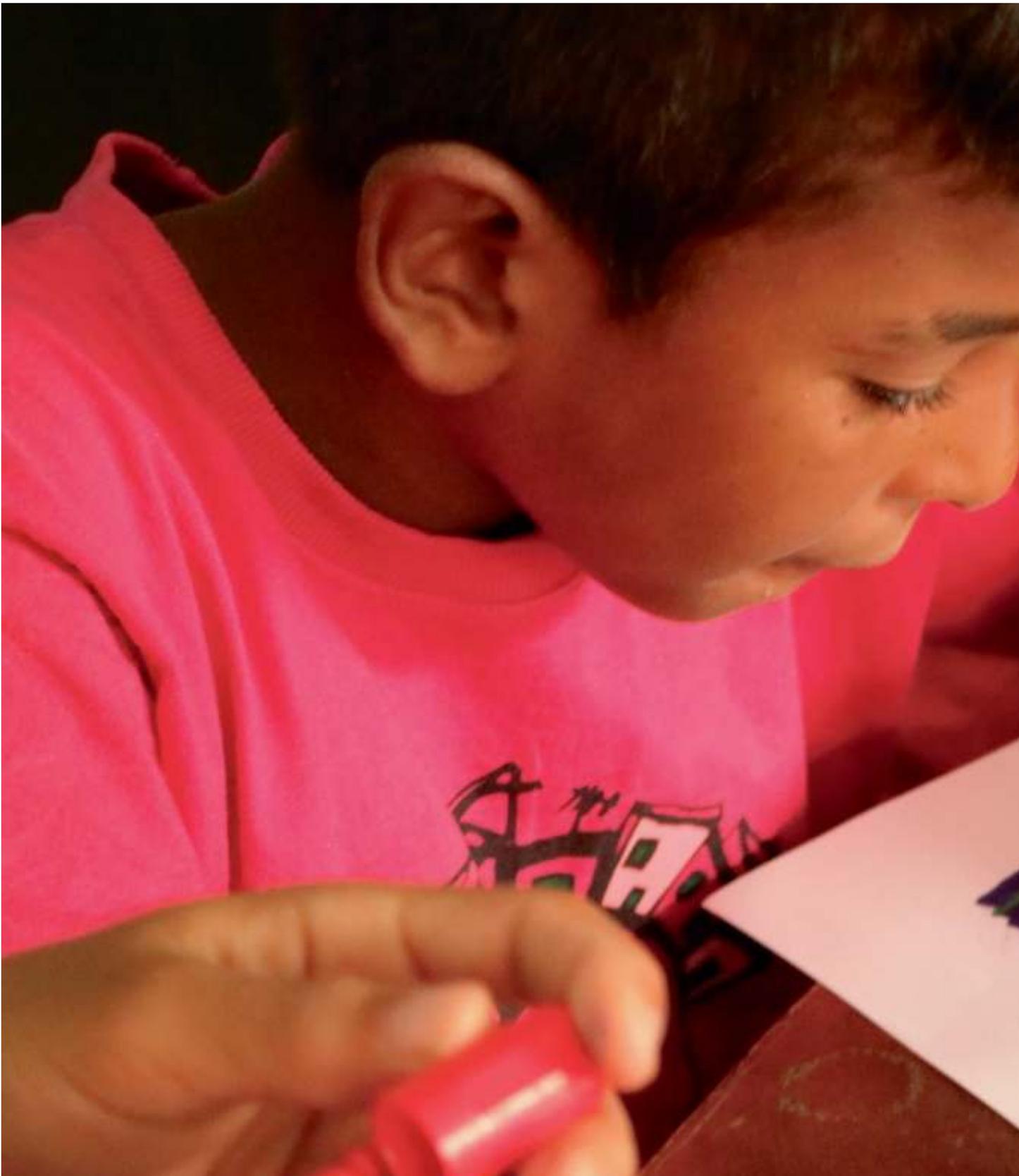
SANTOS, Milton. *Por Uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

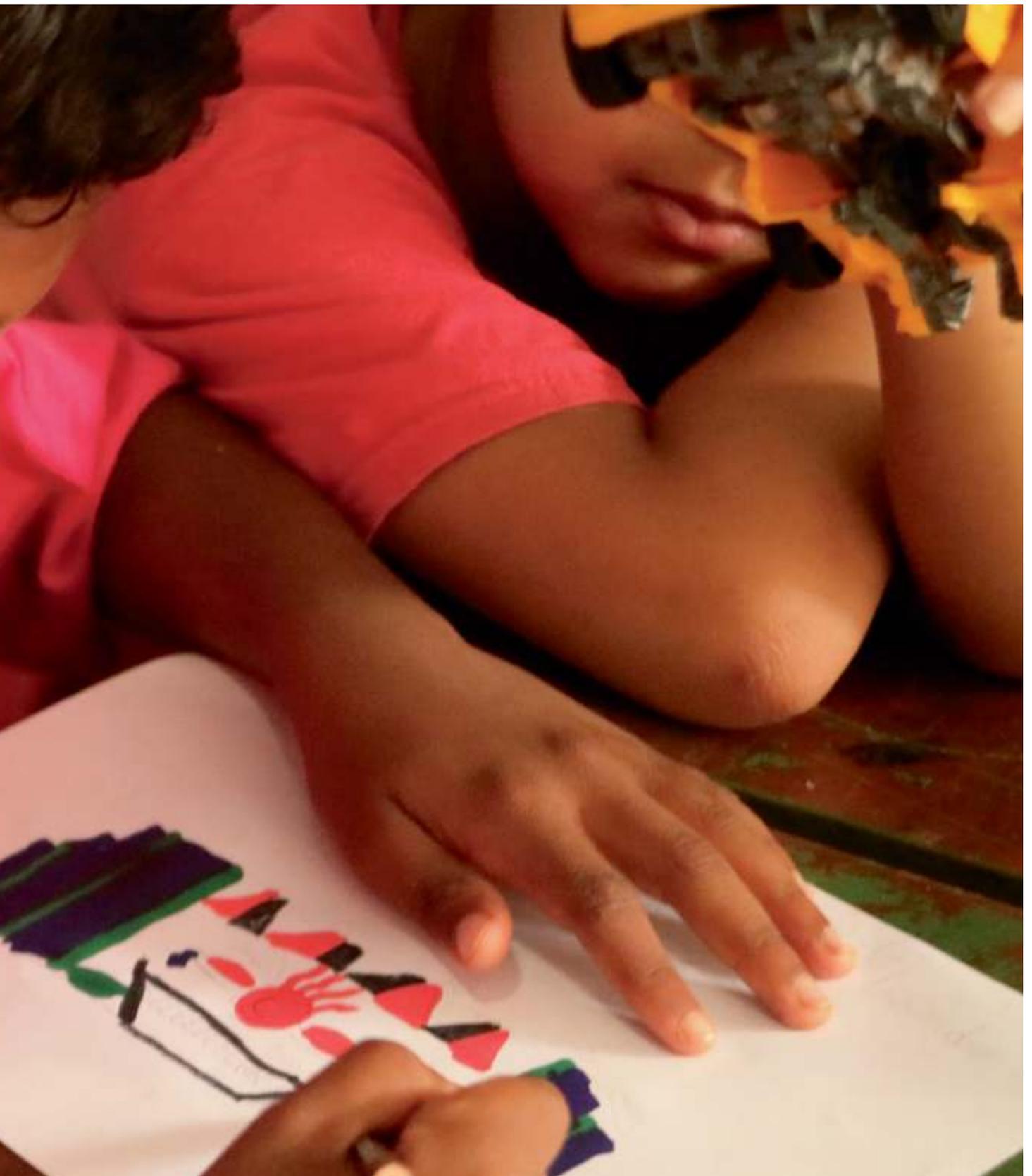
UNICEF. *Cenário da Exclusão Escolar no Brasil*. Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2017

Outros documentos consultados:

O QUE É UMA CIDADE EDUCADORA? Cidades educadoras. Disponível em: <https://cidadeseducadoras.org.br/conceito/> . Acesso em: 10/07/2019







FICHA TÉCNICA

Realização
Coletivo da Cidade

Coordenação Geral
Jackeline Correa de Sousa

Coordenação Institucional
Coracy Coelho Chavante

Coordenação Administrativa
Wellerson Miranda Pereira

Pedagogas
Layla Maryzandra Costa Silva
Fatima Correia Lopes

Psicólogas e psicólogo
Giulia Bede Bomfim
Márcia Tomé
Argus Tenório

Assistente Social
Kessya Siqueira da Silva de Souza

Assistente Administrativo
Lucas Aroucha
Jessica da Silva Brito

Educadoras e educadores
Carlos Augusto Coelho Reis Filho
Claudilene Pereira
Dielle Mendes Siqueira Fábio
Priscila Tais de Oliveira Morais
Isaac Lima da Silva Costa
Leonice do Nascimento Brito
Marcelo Caetano
Natália Honorato
Walisson Lopes de Souza

Articuladores sociais
Andressa Santos
Solange Almeida
Francisca Silva Francisco
Caroline Soares Santos (voluntária)

Cozinheira e cozinheiro
Gustavo Henrique Egílio
Nalderi Alves de Lacerda

Auxiliar de cozinha
Cícera Maria dos Santos
Osvaldina Rosa de Souza

Serviços gerais
Lucilene Pereira de Souza
Maria Aparecida da Glória Carvalho

Porteiro
Edson Rocha de Paiva

Oficineira
Raíssa Oliveira

Voluntária
Caroline Soares Santos

Diretoria
Francisca Soares
Fabiana Ribeiro Coelho
André Zannardi
Cecília Sampaio
Tiago Rocha

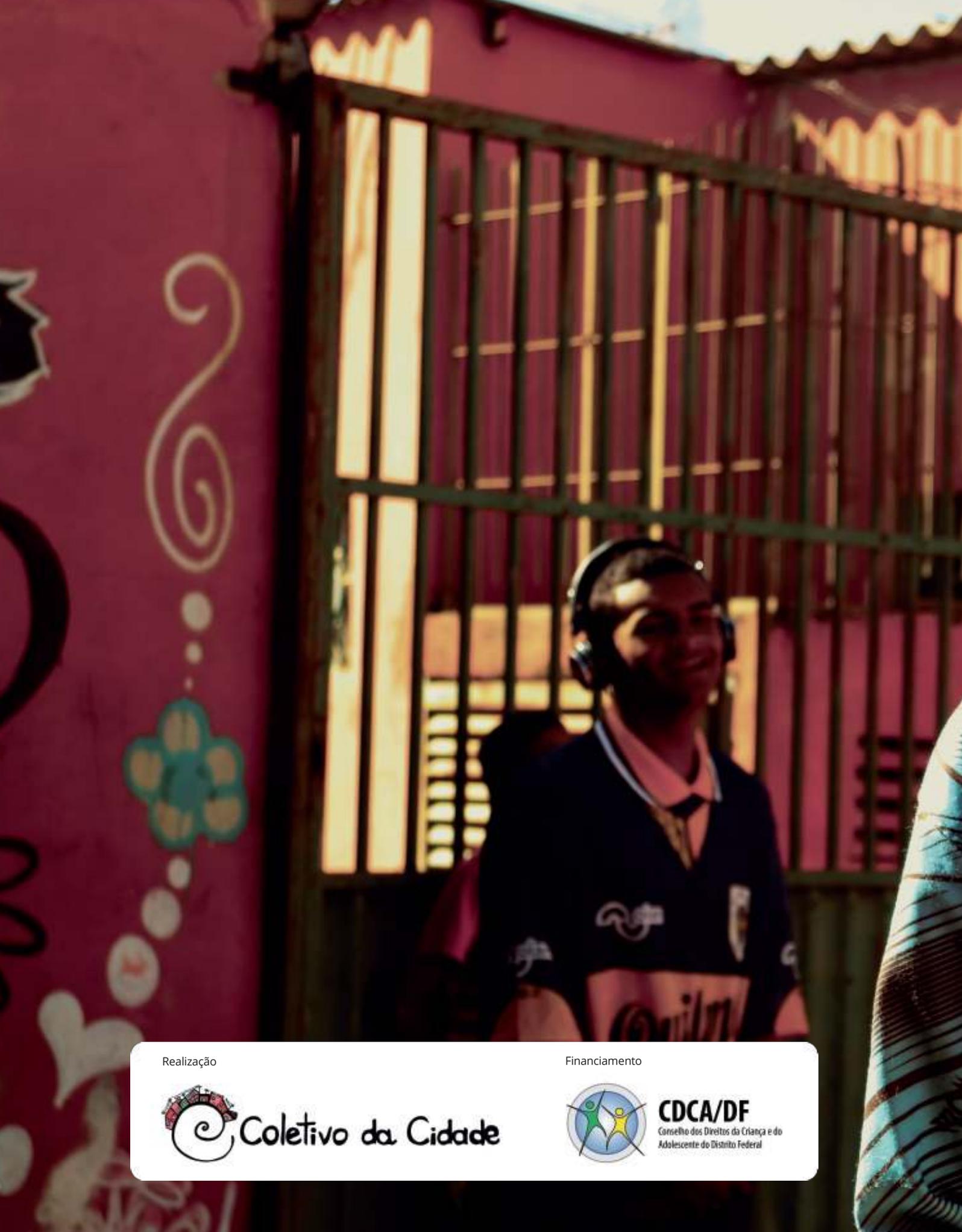
Conselho fiscal
Alcione Marçal
Guilherme Gomes
Pedro Mendonça

Pesquisa e Edição
Coletivo da Cidade

Sistematização
Raissa Menezes de Oliveira

Projeto Gráfico
Nara Oliveira (Estúdio Gunga)

Fotografias
Niklas Stefan
Raissa Menezes de Oliveira
Acervo Coletivo da Cidade



Realização



Coletivo da Cidade

Financiamento



CDCA/DF

Conselho dos Direitos da Criança e do
Adolescente do Distrito Federal